

LEANDRO BRAGA DE ANDRADE

**ESCRAVISMO E CAMPESINATO NA ECONOMIA DE
MINAS GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.**

MARIANA, 2005

Leandro Braga de Andrade

ESCRAVISMO E CAMPESINATO NA ECONOMIA DE
MINAS GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.

Orientadora: Professora Doutora Andréa Lisly Gonçalves

MARIANA, 2005

LEANDRO BRAGA DE ANDRADE

ESCRAVISMO E CAMPESINATO NA ECONOMIA DE MINAS
GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Monografia de Bacharelado apresentada ao
Departamento de História da Universidade Federal de Ouro
Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof^ª Dr^a Andréa Lisly Gonçalves
Orientadora

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo

A Salvador e Lurdinha
(meus pais)

AGRADECIMENTOS

Esta monografia representa não somente o desfecho de um exercício de pesquisa, mas o resultado do que eu acumulei na trajetória da minha graduação. Nesse período, muitas pessoas foram importantes para o meu crescimento pessoal e para o meu desempenho acadêmico.

Agradeço ao apoio incondicional dos meus pais, Salvador e Maria de Lourdes, por tudo que os pais geralmente fazem pelos filhos, mas principalmente pela confiança depositada por eles em mim. Aos meus irmãos e cunhados: Sérgio/Andréa, Simone/Marco e Loilson.

Aos meus amigos do Bairro São Benedito em Santa Luzia, a meu professor José França e todos os companheiros da Escola Estadual Leonina Mourthé de Araújo.

Agradeço a amizade, o apoio e a paciência dos companheiros da República Complexo (Caio, Arnaldo, Alan e Jaqueline) e dos grandes amigos de estudos e outras coisas mais: Daniel, Renato Boy, Luis, Karla, Camila (e todos do grupo Semear). Além de: Quelen, Clarinha, Mansur, Léo, Sem Janta (e a turma 2001/2); à Lúcia pelo carinho; à Kelly do Arquivo pela ajuda; ao David, Ezequiel, Rafael, Mingau, Paulinho (e todos amigos da GV) pela amizade; e a M. Cláudia, o Pablo e o Diego, pelo apoio.

Agradeço o estímulo e a compreensão dos alunos da Escola Wilson Pimenta, em Mariana, a quem eu dedico minha licenciatura, e à professora do estágio Rosana Areal, por ter me dado a oportunidade de manifestar, em nossas discussões, a minha opinião sobre o papel social do graduado em História.

Agradeço a amizade, a confiança e, sobretudo a oportunidade que a professora Andréa Lisly me deu. Através dela eu pude desenvolver esta monografia ao longo da graduação com a ajuda do PIBIC/CNPQ, contribuindo para que eu realizasse alguns dos meus maiores objetivos.

Agradeço aos professores: Rafael Freitas, Edna Mara, Renato Venâncio, Ivan Almeida, Valdei Araújo e Ronaldo de Jesus, pelas dicas na pesquisa no projeto de mestrado.

Quero manifestar também minha profunda gratidão e admiração a Marli Veisac e Meire Fonseca. Não só eu como vários outros colegas fomos, muitas vezes, “salvos” pela generosidade e a competência das duas.

Por fim manifesto meu desejo de que a educação pública no Brasil, onde eu realizei todas as etapas dos meus estudos, até aqui, possa oferecer oportunidades e provocar a transformação das injustiças e das desigualdades deste país.

**“Essa cova que estás
com palmos medidas,
é a cota menor
que tiraste em vida.
É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio”**

João Cabral de Melo Neto

SUMÁRIO

1- Introdução	09
2- Capítulo 1	
Minas e a formação econômica do Brasil	19
2.1- Um novo e velho debate	19
2.2- Minas e a mudança das estruturas econômicas	26
3- Capítulo 2	
A localização geográfica e transição para a agricultura mercantil de subsistência do Termo de Mariana	34
4- Capítulo 3	
Região de “Transição” e região de “expansão agrícola”	47
4.1- Natureza e posse de escravos	57
5- Capítulo 4	
Estrutura da posse de escravos	62
6- Capítulo 5	
As unidades produtivas.....	73
7- Conclusão	84
8- Bibliografia	87

1- Introdução

O texto que apresentamos aqui se refere a um exercício de investigação sobre a estrutura econômica de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. O objetivo da pesquisa foi a identificação da formação econômica que prevaleceu em Minas Gerais no século XIX: se uma estrutura essencialmente camponesa ou escravista. O recorte espacial que elegemos foi o Termo de Mariana, o mesmo do projeto de iniciação científica PIBIC/CNPq (Programa Institucional de bolsas de iniciação científica), orientado pela professora Andréa Lisly Gonçalves.

Chamamos a atenção para o fato de não se tratar de um texto tão coeso quanto o esperado, justamente por apresentar um trabalho feito em etapas. Ao passo que apresentamos algumas referências historiográficas que, se não forem muito úteis para o conjunto do texto, o foram para as fases iniciais da pesquisa, quando o reconhecimento do terreno onde estávamos pisando se fazia necessário.

O recorte escolhido, inicialmente, (1820-1850) não pôde ser levado a cabo para a escrita da monografia. Acabamos, por motivos que superaram nossos esforços, fazendo somente a análise das listas nominativas de 1819-1822 e de inventários do ano de 1830. A análise dos inventários dos outros anos, consta no relatório final da bolsa de iniciação científica, entregue à Pró-reitoria de pesquisa da UFOP.

A questão da coexistência do trabalho familiar com o trabalho escravo e a identificação de uma estrutura camponesa na economia de Minas, principalmente após a decadência da mineração, foi o ponto central de nossas investigações.

Segundo João Fragoso, Minas comporia o *mosaico de formas não capitalistas* no espaço colonial. Para o autor de *Homens de Grossa Aventura*, o setor camponês mineiro seria o responsável por parte do comércio interno de produtos voltados para o

mineiro seria o responsável por parte do comércio interno de produtos voltados para o abastecimento e pelo crescimento das importações de escravos na primeira metade do século XIX.

Os indícios pesquisados demonstram que de fato, a unidade roceira ou camponesa esteve disseminada em Mariana nas primeiras décadas do século. Assim como a pequena propriedade de cativos, detida por roceiros ou artesãos. Contudo, as unidades produtivas com maiores sinais de contato com o mercado possuíam uma estrutura diferenciada daquelas consideradas camponesas.

Na análise das listas nominativas dividimos o termo de Mariana em três sub-regiões sócio-econômicas. A primeira composta pelos distritos tradicionalmente mineradores que perderam importância econômica com o decréscimo da exploração do ouro. A segunda, composta por freguesias e distritos que, desde o século XVIII, aliavam a produção de alimentos com a mineração, e prosperaram no século XIX (denominada região de “transição”); e a terceira, composta por povoados mais recentes, emergidos com a expansão agrícola na região da zona da mata e caracterizados por uma economia mais próxima da subsistência. Através dessa tipologia identificamos a diferenciação do setor camponês e um setor escravista na economia. Ou seja, trabalhamos com a hipótese de que onde o setor camponês predominava estavam ausentes os sinais de dinamismo econômico.

Definir uma unidade camponesa não é tarefa fácil, inclusive porque o próprio exercício de categorização exige um cuidado teórico que evite anacronismos e determinismos. A construção dos modelos, como compreende Kula, deve tomar a realidade como ponto de partida e construir tantas teorias econômicas quanto sistemas econômico-sociais existirem historicamente. Ou seja, cada modelo se distingue do outro pelo seu tempo e espaço, pela sua realidade historicamente construída (KULA.1979. p. 123).

O economista russo Alexander Chayanov, ao apresentar os resultados de sua pesquisa acerca das unidades camponesas na Rússia oitocentista, traçou critérios básicos para sua identificação. Segundo ele a propriedade da terra estaria na mão de um núcleo fixo de pessoas, que podemos identificar como domicílio ou apenas família. Aqui, se trata não apenas de laços consangüíneos, mas do fato desse núcleo de pessoas comungarem a mesma subsistência e moradia na unidade produtiva.

O trabalho familiar seria então o elemento fixo da unidade de produção. Segundo o autor:

En el esquema de los elementos orgánicos armoniosamente desarrollados de la empresa de explotación doméstica campesina la fuerza de trabajo de la familia es algo dado y los elementos productivos de la unidad se fijan de acuerdo con aquélla , em la armonia técnica usual entre ellos. (CHAYANOV.1974 p. 99)

Assim não é possível aumentar a extensão da terra possuída e a produtividade se a força de trabalho familiar não suportar tal crescimento. A pesquisa de Chayanov procurou mostrar que o verdadeiro motor da produtividade está na força de trabalho. O autor ainda ressalta que a unidade camponesa não se restringe às atividades ligadas à terra. Quando os meios de produção disponíveis não são suficientes para que a família produza o necessário à subsistência ou quando a situação do mercado não é favorável, o trabalhador recorre às atividades não-agrícolas. O artesanato, o comércio e outros meios de sobrevivência compõem em uma relação mútua com a agricultura, a renda familiar. Nesse sentido, a noção de campesinato extrapola a exploração da terra, fixando-se quase que exclusivamente no trabalho predominantemente familiar.

O modo de produção camponês, segundo esse ponto de vista, baseia-se na pequena produção de mercadorias, não contendo classe, e, portanto caracteriza-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cuja a produção tem sua organização baseada na unidade familiar. Na Rússia pré-revolucionária os

partidários dessa interpretação, os chamados populistas russos, tenderam a romantizar a vida do camponês. Sustentavam que não havia uma tendência do capitalismo se desenvolver no interior das comunidades camponesas, transformando-as em símbolo da resistência.

Lênin respondeu criticamente à essa linha de raciocínio ao verificar, em sua análise do campesinato russo no final do século XIX, que a concorrência levava ao empobrecimento da grande maioria dos camponeses, ao mesmo tempo em que uma pequena minoria ampliava seu controle sobre as terras. Dessa forma, o autor considerou a produção camponesa como base para o desenvolvimento do capitalismo e não como elemento distinto dele (distinta), como queriam os populistas russos. (LÊNIN, Apud. BOTOMORE, 1981. p. 42)

Já John Weeks afirma que a produção camponesa tem lugar fora das relações de produção capitalista e, portanto, não implica qualquer produção de mais-valia e não precisa de geração de lucro. As circunstâncias *podem forçar os camponeses a aceitarem um padrão de vida inferior ao dos trabalhadores assalariados e por isso não há uma tendência linear para o desaparecimento do campesinato.* (WEEKS, Apud. BOTOMORE, 1981. p. 43)

Como se vê, tanto a tradição marxista como outras linhas de pensamento buscaram, ao longo do século XX, muitas explicações que caracterizem a produção camponesa, seja nas discussões teóricas seja nas pesquisas empíricas. Segundo Ciro

Flamarion Cardoso, grande parte dos estudos acerca do tema varia entre duas posições distintas:

- 1) a consideração da economia camponesa, a partir do critério da autonomia estrutural [em relação a outros modos-de-produção];
- 2) pelo contrário, a sua definição partindo do critério de dependência ante outros grupos sociais [e ao sistema econômico vigente] (CARDOSO, 1979. p.56)

Levando em consideração critérios econômicos, Cardoso define a produção camponesa a partir de quatro aspectos:

(...) 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente, etc. (Cardoso, 1979 p.52)

Outros elementos podem ser levados em conta na caracterização do camponês, além dos econômicos. Estamos tratando do modo de vida, dos costumes, da ação coletiva a partir de uma tradição ou até de escolhas racionais.

Ao analisar os modelos explicativos para um modo de vida baseado no trabalho camponês no sudeste asiático, Ricardo Abramovay detectou duas visões divergentes acerca do comportamento camponês. Segundo ele, J.C Scott, identificou na região uma situação em que os camponeses viviam ameaçados pela fome, explorando pequenas extensões de terras constantemente sujeitas às intempéries. Apesar de ser extremamente desigual, o sistema camponês contava com uma rede de solidariedade muito forte, baseada na segurança local e principalmente na ética da subsistência.

Existem assim dois princípios morais que regem a vida no *villager*, a norma da reciprocidade e o direito à subsistência. É a partir da ética da subsistência, que tem por base a miséria e a dependência do camponês com relação ao proprietário, que se explica a lógica econômica do agricultor (ABRAMOVAY, 1990. p 308)

Assim não cabe ao camponês a busca por desenvolvimento técnico ou maximização dos lucros e sim a sobrevivência coletiva. Este modelo baseado na *economia moral* pressupõe que a experiência coletiva da miséria é que estimulava os movimentos de ação revolucionária na Ásia.

Contra essa postura insurge o modelo da *escolha racional* do indivíduo. Seu princípio básico é de que somente em termos individuais podem ser explicados o comportamento social e ação coletiva. Popkin entende o comportamento camponês a partir das preferências próprias, nas ocasiões em que investirá, para que seus interesses sejam atendidos. Dessa forma:

A adesão ou não a um movimento revolucionário ou a um luta sindical vai exprimir o cálculo sobre a oportunidade que a ação coletiva oferece de realizar a preferência individual. (ABRAMOVAY,1990 p. 315)

O desenvolvimento dos mercados permite, para o individualismo metodológico, que os camponeses realizem o desejo de mudar de padrão de consumo. Já para a economia moral, *o camponês busca uma renda que lhe permita alcançar necessidades culturalmente definidas ou cumprir obrigações sociais e cerimoniais* (ABRAMOVAY,1990 p. 315) . A partir dessas premissas não é de se estranhar que, aplicado ao campesinato, o *individualismo metodológico* veja o capitalismo como resultado natural dos interesses e não como malefício. Já a *economia moral* vê o impacto negativo do capitalismo impedindo a solidariedade social e promovendo a exploração cada vez maior dos mais pobres.

A proposição de Scott aproxima-se um pouco dos estudos de Edward P. Thompson sobre a Economia Moral da multidão inglesa no século XVIII. O autor propõe uma análise mais complexa desses camponeses pobres da Europa setecentista. Faz críticas contundentes às análises economicistas, denunciando-as como *reduzora do homem econômico*. Segundo ele, ao rebelarem-se coletivamente os pobres estavam defendendo direitos ou costumes de uma tradição consolidada, ou o que poderíamos denominar também como *ética da subsistência*. (THOMPSON, 1998. p. 152)

Os elementos econômicos internos à unidade, a sua relação com o sistema ou os elementos não-econômicos geradores de um comportamento típico, todos esses aspectos

são importantes para o entendimento de critérios que nos levem a construir o perfil dos pequenos proprietários das Minas oitocentistas.

Talvez o campesinato mineiro no século XIX, seja caracterizado por uma relativa facilidade no acesso à terra e ao complemento do trabalho escravo nas unidades produtivas, por causa do aumento da reprodução natural. E sem dúvida essa característica talvez tenha produzido uma região menos concentradora do que as regiões voltadas para a agro-exportação (GRAÇA FILHO, 2002, p. 141). No entanto, a defesa do aspecto “democrático” da sociedade mineira oitocentista, originado de uma economia baseada em unidades familiares independentes, não parece se sustentar. Ela acompanha a idéia de uma economia autônoma, pouco mercantil, que teria garantido o sucesso econômico das Minas pós-mineração.

Camponeses e Fazendeiros

O universo sócio-econômico das Minas oitocentistas é bem mais complexo do que a separação entre roceiros e fazendeiros ou camponeses e escravistas pode definir. O número de escravos talvez seja uma boa referência, mas a dinâmica das unidades produtivas é bem mais complexa, não se resumindo a escravos trabalhando no eito.

Contudo, raras são as fontes que poderiam nos informar como se organizavam as unidades produtivas no seu dia-a-dia. Portanto, os critérios para defini-las como camponesas são escorregadios, mas passíveis de uma aproximação.

Segundo Francisco Eduardo Andrade, que também trabalhou com as listas nominativas de 1819-1822 de diversos distritos e freguesias de Mariana, os *roceiros* e *pessoas ocupadas com roça*, são as ocupações que mais aparecem entre os chefes de domicílios. Geralmente, esses chefes de domicílio não possuíam escravos ou, quando eram proprietários, tinham plantéis, na maior parte das vezes, pequenos e médios (um a dez cativos), como já vimos. O autor ainda acrescenta que pouquíssimas vezes se

chamou de *roceiro*, ou esteve ligado ao termo *roça*, um proprietário de onze ou mais cativos e conclui:

Um contexto mais favorável á economia agrícola deve ter propiciado uma diferenciação sócio-econômica no seio da comunidade, marcante o suficiente para se distinguir, com mais precisão, as categorias ocupacionais das pessoas envolvidas com a agricultura. (ANDRADE, 1994.p. 205)

Em nossa análise dos inventários, os proprietários de até 10 escravos mostraram as seguintes características: a participação dos escravos no montante da riqueza era menor do que no caso dos grandes proprietários; não possuíam dívidas ativas, ou seja, não estavam envolvidos com o sistema de empréstimos, uma atividade bem lucrativa; possuíam porções de terras menores ou de menor valor do que os fazendeiros; e a produção excedente descrita no inventário é irrisória. Dando sinais de serem unidades poucos ligadas ao comércio de alimentos.

As listas nominativas revelaram que a grande maioria dos domicílios não possuía escravos ou contavam com a coexistência de cativos e livres na unidade produtiva. Sabe-se que nas unidades de produção da região de “transição” (Furquim, São Caetano e Catas Altas), o trabalho agrícola articulava-se ao artesanato, principalmente nos domicílios chefiados por roceiros. O maior dinamismo econômico dessas localidades talvez tenha possibilitado desenvolver uma atividade complementar à produção de alimentos, em busca da sobrevivência.

Na região de “expansão agrícola”, os domicílios aparecem com uma característica muito próxima da subsistência. Nessas freguesias, onde a análise das listas nominativas não demonstrou sinais de mercantilização, o componente livre da unidade produtiva aparecia como principal elemento da produção.

O perfil dos roceiros marianenses assemelha-se á caracterização de unidades camponesas feita por Ciro Cardoso (explicitado acima), principalmente quanto à posse

da terra, trabalho predominantemente familiar, produção para subsistência com eventual mercantilização e autonomia na gestão.

Em geral os camponeses buscavam reunir algum excedente para comprar escravos, o que os colocaria entre os *homens de maior consideração* daquela sociedade. Isto demonstraria a existência de critérios sócio-culturais que norteavam os investimentos econômicos em Minas Gerais no século XIX. Ou seja, a pequena propriedade de escravos talvez não estivesse ligada a um planejamento “racional” de enriquecimento, o que os levaria para um contato maior com o mercado, mas ao objetivo de complementar a mão-de-obra para garantir a sobrevivência da família e um melhor posicionamento social.

Além deste complexo agropecuário de pequenas dimensões, formado, fundamentalmente, por não proprietários e pequenos e médios proprietários de escravos, o universo agrário das Gerais era marcado por fazendeiros de maior porte, como os donos de onze ou mais escravos. Neste grupo incluem-se, geralmente, aqueles cujas ocupações econômicas, dentre as mais mencionadas nas listas nominativas de habitantes de 1819-1822, principalmente na região de “Transição”, era a de *agricultor*. Em geral todos os *agricultores* possuíam escravos e em sua maioria detinham mais de dez cativos.

Esses fazendeiros estavam presentes em todas as localidades do Termo de Mariana. Porém, identificamos ao longo da pesquisa que eles se concentravam na sub-região mais dinâmica, a de “Transição”. Produziam alimentos para a comercialização e consumo e reuniam a maior parcela de escravos da região. Ou seja, o grosso da escravaria marianense estava na mão dos grandes proprietários.

A análise dos inventários de 1830 mostraram algumas diferenças básicas das unidades produtivas de fazendeiros em relação aos camponeses: a participação, em porcentagem, dos escravos no montante da riqueza foi sempre maior do que a terra, à

medida que o monte-mor crescia; alguns proprietários apresentaram considerável valor de dívidas ativas, ou seja, estavam envolvidos com o sistema de empréstimos, uma atividade bem lucrativa; os maiores donos de cativos apresentavam também a posse de sesmarias inteiras, com valores bem superiores às porções de terras dos roceiros; e a produção excedente descrita no inventário tinha pequena participação no monte-mor geral, contudo, os valores são bem mais altos que os apresentados pelos roceiros, principalmente da região de expansão agrícola.

Assim, em nossa hipótese, o “Senhor-camponês” mineiro, diferente de algumas afirmações, não seria o responsável pela pujante mercantilização da economia mineira oitocentista e nem pela compra de escravos vindos da África, o maior sinal da prosperidade de Minas, na primeira metade do século XIX.

O texto está organizado em 5 capítulos. O primeiro trata das leituras que fizemos sobre a formação econômica do Brasil colonial, contextualizando a importância de Minas Gerais e estabelecendo o perfil econômico da região no século XIX. O segundo trata de introduzir Mariana no contexto mineiro e definir a diferenciação sub-regional no interior do Termo. O terceiro analisa as ocupações dos chefes de domicílios nas freguesias e distritos, demarcando a diferença entre a região de “Transição” e a de “expansão agrícola”. A estrutura de posse de escravos foi tratada no quarto capítulo e o estudo das unidades produtivas foi descrito no capítulo 5.

2- Capítulo 1

Minas e a formação econômica do Brasil colonial

2.1. Um novo e velho debate

A construção historiográfica tem como elemento importante as exigências do presente. Os temas, as abordagens e os problemas propostos mostram a busca pelo entendimento dos processos históricos. No caso da História do Brasil a lógica da colonização é essencial para entender o processo que culminou na crise e na ruptura do sistema colonial. Este, por sua vez contribui para o entendimento da formação do Estado e da nação brasileiros.

O período colonial tornou-se, assim, objeto de pesquisa da História Econômica na busca da compreensão da lógica do funcionamento do sistema colonial brasileiro e conseqüentemente da formação contemporânea do Brasil. Esta área do conhecimento histórico alimentou debates durante o século XX, principalmente a partir da década de 1970. As discussões, tratam, ainda hoje, da busca de modelos explicativos para a dinâmica e o sentido da economia no período colonial/imperial da História do Brasil.

Ainda hoje, podemos identificar as correntes de interpretação sobre os ritmos da economia brasileira, divididas entre as visões clássicas, ou externalistas, e as visões revisionistas, ou internalistas. Preferimos entendê-las como complementares, não como oponentes ou antagônicas, pois apesar das falhas identificadas, cada trabalho possui algo a acrescentar na formação das explicações acerca da economia colonial/imperial brasileira.

Na década de 1930, Roberto Simonsen inaugurou um modelo explicativo baseado no conceito de ciclos econômicos. Este compreende as fases do estabelecimento, apogeu e declínio econômico de várias regiões que constituem a

sociedade colonial. Em 1942, Caio Prado Júnior lançou a sua visão a respeito da América Portuguesa. Em *A Formação do Brasil contemporâneo* ele trabalhou com a noção de *sentido da colonização*. Ou seja, o estabelecimento dos portugueses na América tropical teria como objetivo a exploração dos recursos naturais e não o povoamento do novo território, como a colonização inglesa na América Temperada (Norte). Segundo o autor, a ocupação do Brasil insere-se no processo de expansão das atividades colonizadoras das potências européias. A era dos descobrimentos corresponde a um capítulo dentro da História do comércio europeu. (Prado Jr. 1999)

Com esta interpretação, o autor estabeleceu que o sistema colonial possuía uma economia majoritariamente agro-exportadora e que a produção interna de alimentos estaria dependente do comércio internacional dos produtos coloniais. Assim, atribuía-se pouco dinamismo ao mercado interno que se voltaria exclusivamente para o autoconsumo. A razão para esta dependência estaria na transferência de recursos para a metrópole, na escravidão e na produção monocultora. A colônia não possuía, dessa maneira, uma formação econômica e social autônomas e se constituiria em um corolário do modo de produção capitalista, inserido no mercado dominante da Europa.

Na década de 1970, Ciro Flamarion Cardoso formulou sua crítica teórica às teses externalistas. A crítica inicial partiu da *noção infra-estrutural* do conceito de modo de produção, que para o autor deve passar pela articulação historicamente dada entre as forças produtivas e as relações de produção. Cardoso critica o esquema explicativo de Wallerstein,¹ que defende a existência de um sistema econômico europeu baseado no mercantilismo, o capitalismo, cujo centro dinâmico encontrava-se na Europa Ocidental:

Onde iniciamos a afastarmos de sua opinião [a de Wallerstein] é na caracterização de tal sistema econômico como *capitalista*, e do

¹ Refere-se a : WALLERSTEIN, Immanuel. “The Modern World-System, Capitalist Agriculture and the origins of the European world-Economy in the Sixteenth Century, Academic Press, Nova York, 1974

capitalismo como modo de produção dominante – se não único – desde os fins do século XV e princípios do seguinte. (CARDOSO E BRIGNOLI,1983. p.66)

O autor afirma que Fernando Novais analisa o *antigo sistema colonial* por uma perspectiva semelhante, subordinando as estruturas latino-americanas às conseqüências ou projeções de um processo cuja lógica é externa.²

Citando *O Capital* de Karl Marx ele considera que a visão *circulacionista* do sistema colonial na América Latina, não leva em conta as condições históricas específicas em que se desenvolveram as sociedades coloniais, pois o escravismo moderno desenvolveu estruturas diferenciadas das do capitalismo mercantilista europeu. Outro aspecto da proposição de Ciro Cardoso é a afirmação da ocorrência de modos de produção secundários que coexistem com os modos de produção dominantes.

Marx fala, por exemplo, dos modos de produção ‘pequeno camponês’ e ‘pequeno burguês’, referindo-se ao que, em conjunto se conhece mais corretamente como a pequena produção mercantil. Nossas considerações a respeito visavam a, em outro momento, apoiar a possibilidade de usar o conceito num registro ainda distinto: aplicando-a a sociedades caracterizadas por modos de produção não somente secundários, quando vistos do conjunto do mundo ocidental em formação, mas ainda marcados pela dependência, os quais, entretanto, puderam ser dominantes nas formações econômico-sociais coloniais. (CARDOSO. 1987. P. 39.)³

Estava aberto o espaço para a discussão e formulação do conceito de uma formação econômica escravista colonial. Detalhada mais tarde por Jacob Gorender (1979), a proposição baseia-se na utilização estrutural da mão-de-obra escrava para a reprodução da economia colonial. Ainda segundo Ciro Cardoso, o modo de produção escravista colonial teria como fatores centrais:

a) o caráter colonial (periférico e subordinado) das formações sociais correspondentes, mesmo quando estudadas depois da

² Refere-se a : NOVAIS, Fernando. “Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (Séculos XVI-XVIII)” Ed. Brasiliense.(Caderno Cebrap, Nº 17), São Paulo. 1973.

³ Os principais artigos e livros que nortearam as proposições são citados e comentados em: CARDOSO, Ciro Flamarion. Escavo ou camponês. São Paulo. Brasiliense. 1987.

independência política; b) a escravidão, vista em seu funcionamento econômico e como fundamento das estruturas sociais. (CARDOSO, 1987, p. 40)

Fernando Novais, todavia, trabalhou com a idéia de uma economia colonial voltada para enriquecer a coroa portuguesa e conseqüentemente o capitalismo europeu. Em sua obra *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* (1986), ele inspirou-se nas teses de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, para elaborar o conceito de “*exclusivo metropolitano*”.⁴ Segundo o autor, as produções agrícola e mineradora estariam voltadas para a metrópole, que possuía exclusividade no comércio. A produção de alimentos na colônia servia à subsistência. Novais destaca a externalidade como característica intrínseca à colonização. Segundo o autor, o que determina o escravismo moderno é o fato colonial, ou seja, a posição do Brasil no comércio mundial. Portanto, a América Portuguesa faria parte de um sistema econômico maior, o capitalismo europeu. Para além das teses de Caio Prado ele afirma que a produção colonial foi essencial no processo de acumulação de capitais por parte das potências européias.

As críticas às formulações externalistas, a partir dos trabalhos de Ciro Flamarion e Jacob Gorender, ganharam mais nitidez nas décadas de 1980 e 1990, quando muitos pesquisadores divulgaram teses que reviam o sistema de *plantation*, a exigüidade do mercado interno e a dependência ao mercado externo. Vale ressaltar que neste momento as posições partiram de trabalhos mais rigorosos no que diz respeito à pesquisa empírica, refletindo uma conjuntura da própria historiografia.

Os autores que se destacaram na crítica, principalmente a Fernando Novais, foram João Fragoso e Manolo Florentino. Segundo eles, a produção e comercialização

⁴ O capítulo "Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial" é de 1973, como já visto, anterior ao trabalho de Ciro Cardoso.

de gêneros para o abastecimento das regiões agro-exportadoras geraram um vigoroso e dinâmico mercado interno, possibilitando acumulações endógenas no espaço colonial. Mesmo nos momentos de baixa da economia de exportação o mercado interno se mantinha forte. Isto configuraria a formação de circuitos mercantis inter e intra-regionais de produtos para o abastecimento, tendo como principais regiões: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e a Região Sul.

Segundo Mariutti, a proposição em síntese afirma que

... o escravismo colonial ao reproduzir-se, gera formas de produção não capitalistas (exemplo produção camponesa, trabalho livre não assalariado, produção escravista de alimentos, estância gaúcha etc.), as quais fazem parte do mercado interno que, exatamente por não ser capitalista, inaugura circuitos de acumulação endógena. (MARIUTTI. 2001. P. 371)

Sobre o conceito de acumulação endógena utilizado por Fragoso em *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro* (1998), a melhor definição seria:

...movimento que diz respeito à reiteração, no tempo das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas etapas no espaço colonial, implicaria a retenção de seu excedente no interior da economia colonial. (FRAGOSO, 1998. p. 27)

Outra importante contribuição foi o estudo sobre o tráfico de escravos para o Brasil via praça mercantil do Rio de Janeiro feito por Manolo Florentino. Em *Costas Negras* o autor reforça a tese da significativa acumulação de capitais por parte de negociantes brasileiros envolvidos com as atividades comerciais no Atlântico. A obra busca entender o negócio negreiro como responsável pela reprodução estrutural da mão-de-obra, principalmente para as atividades exportadoras no Brasil. Ao passo que esclarece que, pelo menos do século XVIII em diante, eram brasileiros os responsáveis pelo comércio de africanos. Contrariando, assim, as visões de Caio Prado Júnior, Celso

Furtado, Jacob Gorender e Fernando Novais sobre o caráter metropolitano dos negócios negreiros, estruturados em prol do capital comercial europeu (FLORENTINO, 1997.p. 38).

O motor que gerava na elite colonial a necessidade do enriquecimento foi explicado pela herança portuguesa. A metrópole colonizadora solidificou, ao longo dos séculos, uma rede parasitária formada por fidalgos, clero, elite mercantil etc, e encontrou na expansão ultramarina uma saída para essa estrutura onerosa ao reino. Segundo Fragoso e Florentino em *O arcaísmo como projeto*, a acumulação proveniente do mercado interno da América Portuguesa teria como objetivo principal a manutenção de uma sociedade altamente hierarquizada. Ou seja, os grandes mercadores, após acumularem riqueza acabavam abandonando as atividades mercantis e tornando-se rentistas urbanos e senhores de terras e escravos, atividades menos voltadas para o sistema capitalista. Dessa forma, esse ideal arcaizante pressionava a economia e o desenvolvimento do mercado interno. (FRAGOSO E FLORENTINO. 1993)

Contudo, Stuart Schwartz fez algumas críticas às teses de Fragoso e Florentino. Segundo, o autor o *ideal arcaizante* não estaria levando a elite colonial para atividades menos rentáveis, desviando-se do sistema capitalista. Pelo contrário, as atividades agrícolas foram opção segura e lucrativa na ampliação dos investimentos dessa elite. Assim como na Europa, onde a estrutura nobiliárquica não impediu o desenvolvimento econômico rumo ao capitalismo. O outro ponto que Schwartz critica, relaciona-se ao recorte temporal, como veremos mais adiante.⁵

Um grupo de pesquisadores da UNICAMP vem explorando a discussão e elaborando críticas às teses de Fragoso e Florentino. Em artigo publicado em 2001, os pesquisadores Eduardo B. Mariutti, Luiz P. Noguieról e Mario Danieli Neto propuseram

⁵ Estas informações sobre o debate historiográfico acerca da economia colonial e sobre economia mineira estão em: GONÇALVES, (1998).

uma revisão da tese de que a economia colonial possuía um ritmo autônomo em relação ao mercado europeu.

Segundo os autores, Fragoso e Florentino não podem, a partir dos dados quantitativos empregados, afirmar que a América portuguesa possuía autonomia em seus ritmos econômicos. Afirmam ainda que

... os autores atribuíram médias anuais à variáveis cujos comportamentos não se prestam a tanto. Por outro lado, não contextualizaram, econômica e politicamente, o período analisado. Por isto, a extensão das conclusões a que chegaram para todo o período colonial é um erro. (MARIÚTTI , 2001. P. 383).

A escolha da praça mercantil do Rio de Janeiro, como modelo para toda a realidade da economia colonial, é passível de crítica, pois, esta região passava por uma conjuntura específica de prosperidade. O recorte temporal (1790-1830) pressupõe que no século XIX, a estrutura da economia colonial havia sido mantida. Os críticos das teses de Fragoso e Florentino afirmam que a escolha metodológica foi falha, pois, havia uma conjuntura favorável ao desenvolvimento do mercado interno. Consideram a tese do *ideal arcaizante* como a única contribuição relevante dos autores analisados, ainda que com a ressalva de que Caio Prado Júnior já havia chegado à mesma conclusão algumas décadas antes.

Toda a discussão até aqui apresentada é válida, pois tanto os autores de base externalista quanto os de viés revisionista, apresentam contribuição riquíssima para a História do Brasil. O debate é necessário para uma construção coletiva da História. Contudo, as abordagens devem ter um cuidado metodológico de evitar generalizações que não levem em conta as especificidades espaciais e temporais do objeto. Assim, entendemos que ao analisar Minas Gerais na primeira metade do século XIX, queremos tanto contribuir para as teses gerais, quanto para ressaltar as especificidades da região.

2.2 Minas e a mudança das estruturas econômicas

A partir de 1696, com a descoberta das minas de ouro, um denso povoamento se formou na região que mais tarde seria Minas Gerais, em torno da extração do ouro. A economia do ouro também participou das proposições da historiografia clássica sobre a economia colonial. Segundo Caio Prado Júnior o ouro mineiro se inseria no conjunto de produtos fornecidos à metrópole. Integrava-se ao *sentido da colonização*, sendo durante mais de meio século um dos grandes geradores de riqueza para a economia européia. Para a perspectiva, também externalista, de Fernando Novais o produto atendia ao mecanismo do chamado *exclusivo metropolitano*. Dessa forma, toda a produção de gêneros alimentícios da região tinha a função de assegurar a subsistência de uma grande massa de pessoas que viviam em torno da economia da mineração direta ou indiretamente, sem gerar excedentes significativos.

Coerente com a visão clássica foi a afirmação de decadência dessa região defendida por Celso Furtado. Segundo ele, o decréscimo da extração aurífera gerou um contingente de escravos “semi-ociosos”, o que facilitou a decolagem da economia cafeeira no Vale do Paraíba e o Oeste paulista. Encerrando o ciclo de um produto exportador, a mão-de-obra disponível não teria outro fim senão empregar-se na produção comercializada com o mercado externo.

A contestação da Historiografia tradicional, inaugurada por Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, deu origem também a pesquisas de cunho regional. Segundo Clotilde Paiva:

Este debate marcou profundamente os inúmeros trabalhos acadêmicos que surgiram a partir do início dos anos oitenta. As assim chamadas sociedades ‘coloniais’ passaram a ser objetos de grande interesse acadêmico e deram origem a importantes pesquisas que retomaram como objeto de investigação diferentes regiões do país, quer sejam províncias quer sejam áreas específicas dentro destas províncias. (PAIVA, 1996. P. 08)

Em relação a Minas Gerais, o debate se deu no tocante à decadência da economia da capitania. O seu objetivo foi refutar as proposições de que o declínio do ouro e dos diamantes desarticulou a sociedade e a economia mineiras, atrofiando ou mesmo eliminando as relações internas e provocando inclusive queda populacional.

Foram abordados

Assuntos que, até recentemente, pouco haviam ocupado a atenção dos estudiosos, - como o sistema escravista mineiro no século XIX, as unidades produtivas rurais voltadas para a produção de gêneros para o mercado interno, a camada dos pequenos proprietários livres etc.-, foram privilegiados em abordagens que trouxeram de volta o interesse por temas e/ou pelos métodos da História econômica (GONÇALVES, 1998.p. 19).

A historiografia tem consolidado a proposição de que a economia mineira, a partir da segunda metade do século XVIII, entra em um processo de modificação de sua principal atividade. A queda da extração aurífera não acarretou contração econômica, como afirmava a visão tradicional da História colonial brasileira, mas sim uma transição da *atividade nuclear* anterior, a mineração, para um diversificado complexo de produção de alimentos, atividades artesanais e um vigoroso comércio (PAIVA, 1996).

Enquanto ocorria o auge da mineração na primeira metade do setecentos emergiam as bases das futuras estruturas sociais e econômicas de Minas. A produção de carne, queijo, cachaça, milho entre outros alimentos cresceu a partir das necessidades de abastecimento, oferecendo importantes oportunidades comerciais. O caráter comercial da produção de alimentos em Minas, desde o início século XVIII, tem aparecido em alguns trabalhos mais recentes (BERGAD, 2004 e os citados por LIBBY, 2001).

Utilizando-se de fontes provenientes do século XIX, um dos pioneiros do debate, através das pesquisas regionais, foi Roberto Martins. Ele propôs discutir as interpretações convencionais que articulavam a escravidão às economias exportadoras.

Minas Gerais foi apresentada como grande importadora líquida de escravos, dona do maior plantel do império. De acordo com o autor, os produtores mineiros eram fortemente apegados ao sistema escravista e ao mesmo tempo, a província organizava-se em torno de uma economia de subsistência pouco mercantilizada. A lógica de reprodução da economia mineira baseava-se na produção de gêneros voltados para a auto-suficiência e para os mercados vicinais (MARTINS, 1980).

Tabela 1- Importações líquidas de escravos em Minas Gerais. 1786-1855

Período	Pop. Inicial	Pop. Final	Imp Líquid	Média Anual	% Total
1786-1808	188.940	148.772	11.549	525	2,3
1808-1819	148.772	168.543	44.278	4.205	12,0
1819-1855	168.543	317.760	277.778	7.716	23,4

Fonte: MARTINS (1996)

A evolução da importação de cativos em Minas Gerais demonstra o forte apego da capitania/província à escravidão. Mesmo após 1808, quando o ouro já havia deixado de figurar como principal produto da economia mineira, e o café não havia assumido sua importância nas exportações da província, o crescimento foi ainda maior o que dava segurança a Roberto Martins ao afirmar que a escravidão não estava, necessariamente, ligada à produção de gêneros de exportação.

Sendo a agricultura uma atividade que exigia bastante mão-de-obra – diferente da criação de gado, que era “solto na natureza” – Bergad (2004) infere que desde cedo a atividade exigia uma mão-de-obra complementar à familiar. Nesse sentido, a escravidão desde o início do século XVIII já esteve ligada a este setor abastecedor.

A participação de Minas na importação de cativos do Brasil crescia aceleradamente a passos maiores do que a média do restante do império. O quadro abaixo descreve a comparação entre as regiões importadoras, ampliando a importância

da pesquisa de Martins para o estabelecimento definitivo do sudeste como eixo dinâmico da economia e de Minas Gerais como a principal detentora de escravos.

Tabela 2- Crescimento da população escrava do Brasil. Principais províncias, 1819-1872

Província	Escravos em 1819	Escravos em 1872
Bahia	147.263	167.824
Corte	55.090	48.939
Maranhão	133.334	75.272
Minas Gerais	168.543	381.893
Rio de Janeiro	91.070	306.425
São Paulo	77.667	156.612
Brasil	1.107.389	1.546.880

Fonte : MARTINS (1980)

A tabela 3 demonstra que a maciça maioria dos escravos da província estava distribuída em sub-regiões não ligadas à produção da grande lavoura cafeeira. A zona da mata mineira, importante região na produção de café para exportação, foi responsável por 32,4 % das importações líquidas de cativos.

Tabela 3- Importação líquida de escravos : Região Cafeeira e resto da província. 1835-1855.

	Pop. Escrava em 1835	Pop. Escrava em 1855	Importação líquida	%
Região Cafeeira	18.825	54.888	46.766	32,4
Resto da província	235.707	262.872	97.435	67,6
Minas Gerais	254.532	317.160	144.201	100,00

Fonte: MARTINS, (1996)

A apresentação destas três tabelas resultantes da pesquisa de Roberto Martins é de grande proveito para a nossa exposição acerca do debate, pois estes dados deram origem a toda discussão historiográfica sobre o papel da Minas Gerais na economia nacional.

Segundo Martins, a demanda por escravos teria sua origem na alta disponibilidade de terras na capitania/província. A população livre, então, se recusava a trabalhar como empregada, preferindo ser pequena proprietária de terras. Depois de receber algumas críticas, o autor passou a considerar a existência de um maior grau de mercantilização da economia mineira. A grande inovação do trabalho de Roberto Martins foi considerar que o trabalho escravo na modernidade, poderia ter forte vigor, mesmo alheio à produção voltada para a exportação. Nesse sentido, o escravismo colonial brasileiro não seria, necessariamente, uma fonte de acumulação do capitalismo europeu.

Robert Slenes desenvolveu um comentário crítico das teses de Roberto Martins, questionando a pouca importância dada em sua obra ao mercado exportador como elemento dinâmico da economia mineira. O autor ressalta o papel da exportação de produtos de Minas Gerais para regiões de *plantation* e para a Corte, no Rio de Janeiro. A comercialização de alimentos como queijo, gado, toucinho estimulava a utilização da mão-de-obra escrava para a produção e transporte de mercadorias. Além disso, a extração de ouro e diamantes ainda tinha um papel importante no emprego de cativos. Dessa forma, a economia mineira não seria de *plantation*, mas estaria ligada à agro-exportação. Para Slenes a mercantilização de alimentos unida ao fator Wakefield,⁶ explicitado por Martins, explicariam o apego à escravidão em Minas Gerais (SLENES, 1988).

Também nos anos 80, Douglas Libby, ao analisar dados censitários do século XIX em *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*, destacou uma forte diversificação das atividades econômicas em Minas Gerais. De acordo com Libby, o setor de agricultura com *certo grau de mercantilização*

⁶ SLENES (1988) cita em nota, a hipótese da “terra-livre”, elaborada em MARTINS(1980), baseado em WAKEFIELD (1969) e WAKEFIELD (1967).

tinha maior peso no conjunto da economia da província. Segundo o autor, havia um comércio para dentro e para fora de Minas dos gêneros cultivados: milho, feijão, farinha de mandioca, aguardente e derivados de porcos. O autor realizou uma análise pormenorizada da estruturas produtivas demonstrando a acomodação evolutiva das atividades agropastoris. (LIBBY,1986). Segundo Andréa Lisly Gonçalves “*Sua obra foi fundamental ainda, para determinar os padrões de concentração da propriedade de escravos na província de Minas Gerais que revelaram a preponderância dos pequenos plantéis*”. (GONÇALVES, 1998. p. 21)

Robert Slenes e Alcir Lenharo ressaltaram a importância do comércio de alimentos voltado para o abastecimento da cafeicultura fluminense e para a Corte do Rio de Janeiro. A comarca do Rio das Mortes emergiu no século XIX como a principal região onde se desenvolviam estas atividades. Segundo Afonso Graça Filho (2002), essas atividades dinâmicas da economia mineira, que teriam participado indiretamente da economia exportadora, realimentaram o aparecimento de outras zonas produtoras na província de Minas Gerais. O autor de *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais* demonstrou a alta capacidade de acumulação proporcionada pelo setor de abastecimento, analisando as grandes riquezas de São João Del Rey no século XIX.

Fragoso identificou Minas Gerais como uma das regiões do *mosaico das formas não-capitalistas de produção*. A capitania/província ao apresentar um crescimento populacional livre e do plantel mancipio, demonstrava a consolidação das unidades agro-pastoris voltadas para um dinâmico abastecimento do mercado interno. Carla de Almeida, em estudo feito sobre a população escrava e as alterações nas unidades produtivas em Mariana, entre 1750-1850, afirma que a partir de 1820, junto com a consolidação de uma economia agropecuária mercantil de subsistência verificou-se, também, o aumento na proporção de pequenos plantéis escravistas. A autora de *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. (Dissertação de

Mestrado em História), afirma que a proporção de pequenos proprietários de cativos (1-5 e 6-10) chegou a alcançar 72,2% do total dos donos de escravos em Mariana, entre 1820-1850, e cita ainda:

É muito condizente com este tipo de produção (agropecuária de subsistência) a presença de plantéis pequenos e médios, já que, embora capazes de gerar dinamismo e certo grau de acumulação, não resta dúvida que estas atividades são muito menos lucrativas e exigem um menor contingente de mão-de-obra que a mineração, por exemplo. (Almeida,1998, p.237)

Fragoso foi além das proposições feitas pelos trabalhos de cunho revisionista. Ele propõe que o modo de produção camponês, presente na estrutura econômica de Minas Gerais, estaria ligado ao mercado interno colonial, o que se demonstraria pelo fato de que parte da produção abastecedora não utilizaria o escravo como principal braço. Segundo ele, apesar do aumento da base proprietária de escravos, 66,7 % dos domicílios mineiros não possuíam cativos. Deparamos com uma situação em que, além de existirem consideráveis contingentes demográficos envolvidos em uma agricultura de subsistência, parcela razoável da produção de alimentos talvez não fosse resultado apenas do trabalho escravo. O autor afirma: *Em unidades econômicas com menos de cinco escravos, mesmo considerando que todos estariam em atividade produtiva, não seria de estranhar que, ao lado do trabalho cativo, surgisse o trabalho familiar.* (Fragoso, 1988. p. 131). Esta afirmação abre espaço à inferência de que estamos tratando de pequenas unidades produtoras de alimentos com fortes possibilidades da coexistência entre trabalho familiar, livre e cativo. Para reforçar esta afirmação ele conta com um dado significativo: apenas 31,3% da população mineira era escrava em 1831 (Fragoso 1988).

A vastidão de terras, as pequenas posses de escravos e a produção voltada para a subsistência seriam os sinais da existência do trabalho familiar camponês. Ainda quanto

à problemática da existência do trabalho cativo, Fragoso explica que a unidade pode ser considerada camponesa

... desde que a contribuição dos de fora [escravos, servos domésticos, jornaleiros etc.] seja inferior à dos membros da família na produção. Nesse caso, portanto, a presença do trabalho escravo na pequena produção de Minas não seria um elemento suficiente para caracterizá-lo como escravista, sendo necessário compará-la com o peso do trabalho familiar. (FRAGOSO, 1998).

Contudo, a proposição de Fragoso ainda não se mostra definitiva, pois é sedimentada na constatação da existência majoritária de livres na província. Entendemos que o fato dos escravos não serem maioria dentro do sistema não confirma a inexistência de uma escravidão sistêmica. Ou seja, o que se deve avaliar não é apenas o número, mas sim a função daqueles cativos na lógica de reprodução da economia.

Para tanto, é necessário identificar quais as unidades produtivas estavam no *centro dinâmico*⁷ (as mais mercantilizadas, responsáveis pela circulação de mercadoria e riqueza) da economia, se eram as consideradas camponesas – baseadas no trabalho familiar com um complemento da pequena posse de escravos –, ou se eram as escravistas – caracterizadas pela média e grande propriedade de cativos.

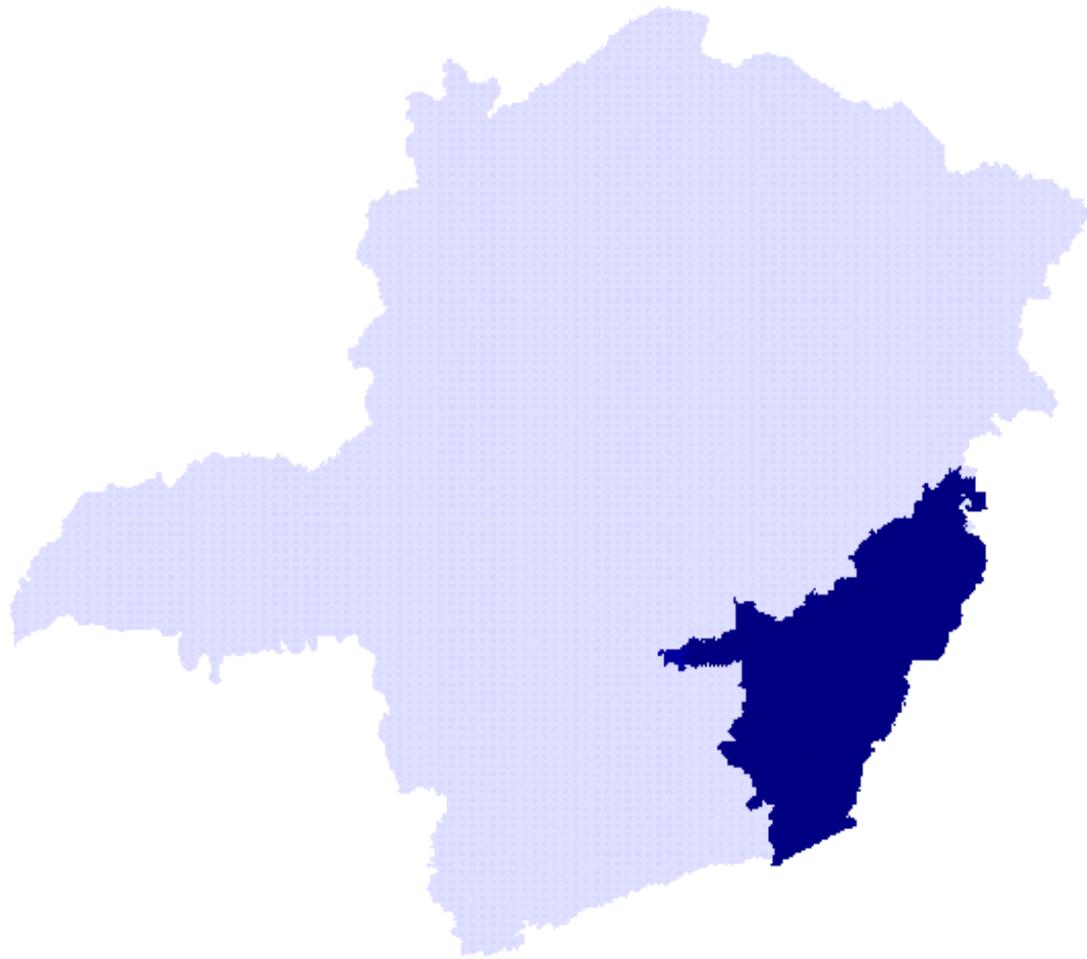
Antes é necessário que contextualizemos o Termo de Mariana na economia mineira oitocentista, atentando para a diferenciação geográfica e sócio-econômica existente no seu interior. Tais características nos foram úteis para a identificação dos perfis econômicos das unidades produtivas.

⁷ SLENES, (1988)

3- Capítulo 2

A localização geográfica e transição para a agricultura mercantil de subsistência no Termo de Mariana.

O termo de Mariana constitui uma subdivisão político-administrativa, sediada pela Câmara Municipal de Mariana, fundada em 1711, com a criação da Vila do Carmo, às margens do Ribeirão do Carmo. Em 1745 a Vila do Carmo passou a se chamar Mariana e a pedido de D. João V, o papa Bento XIV criou o primeiro bispado de Minas Gerais. (BARBOSA, 1971). A colonização da região iniciou-se em 1696, com as primeiras descobertas de ouro na futura capitania de Minas. Na primeira metade do século XVIII, formaram-se muitos povoamentos em torno do centro géo-econômico da mineração: Vila Rica/Mariana. Os distritos e freguesias que nasceram se dedicavam ou a atividades de exploração do ouro ou à produção de alimentos.



Fonte: DATASUS

O mapa demonstra que o Termo de Mariana abrangia um grande território, incluindo regiões da Zona da Mata. Pequenos arraiais, freguesias ou distritos que pertenciam a Mariana no final do século XVIII se emanciparam ao longo do século XIX, ou se desmembraram para pertencer a outra sede. Mesmo assim, pelo menos até

⁸ Mapa confeccionado por Renata Romualdo a partir dos dados de CARVALHO, Teophilo Feu. Comarcas e Termos-Creações, supressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1922, p.71-96.

meados do século a abrangência administrativa de Mariana ainda alcançava muitas localidades da região de fronteira. Segundo Joaquim Ribeiro Costa:

Mariana, a antiga Vila do Carmo, teve sua primitiva jurisdição limitada pela sua posição geográfica, próxima a Vila Rica, cabendo-lhe as vertentes do Rio Doce, desde as nascentes, formadas entre outros pelos rios Piracicaba, Carmo, Piranga e Casca, até Cuieté; e ao Sul, os rios Pomba e Muriaé, até os limites com a antiga província do Rio de Janeiro (COSTA, 1970. p. 78).

A região que colocamos em tela se localiza, como podemos notar, a leste da Serra da Mantiqueira/ Espinhaço. Este aspecto é importante para situarmos geograficamente a região, pois a parte oriental da capitania/província de Minas fazia limite com uma região de mata atlântica fechada. Portanto, uma região de fronteira aberta, apta para as atividades agrícolas. Em sua dissertação de mestrado, Francisco Eduardo Andrade trabalhou com a perspectiva de aliança da Geografia com a História para entender o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais. Segundo o autor:

O enfoque ecológico de uma dada região, aqui no caso, uma determinada região de Minas Gerais, contribui para um maior aprofundamento da análise das relações sociais que naquele espaço foram constituídas; e, além disso, é um dos elementos conformadores dos Limites da própria região. (ANDRADE, 1995. P. 16).

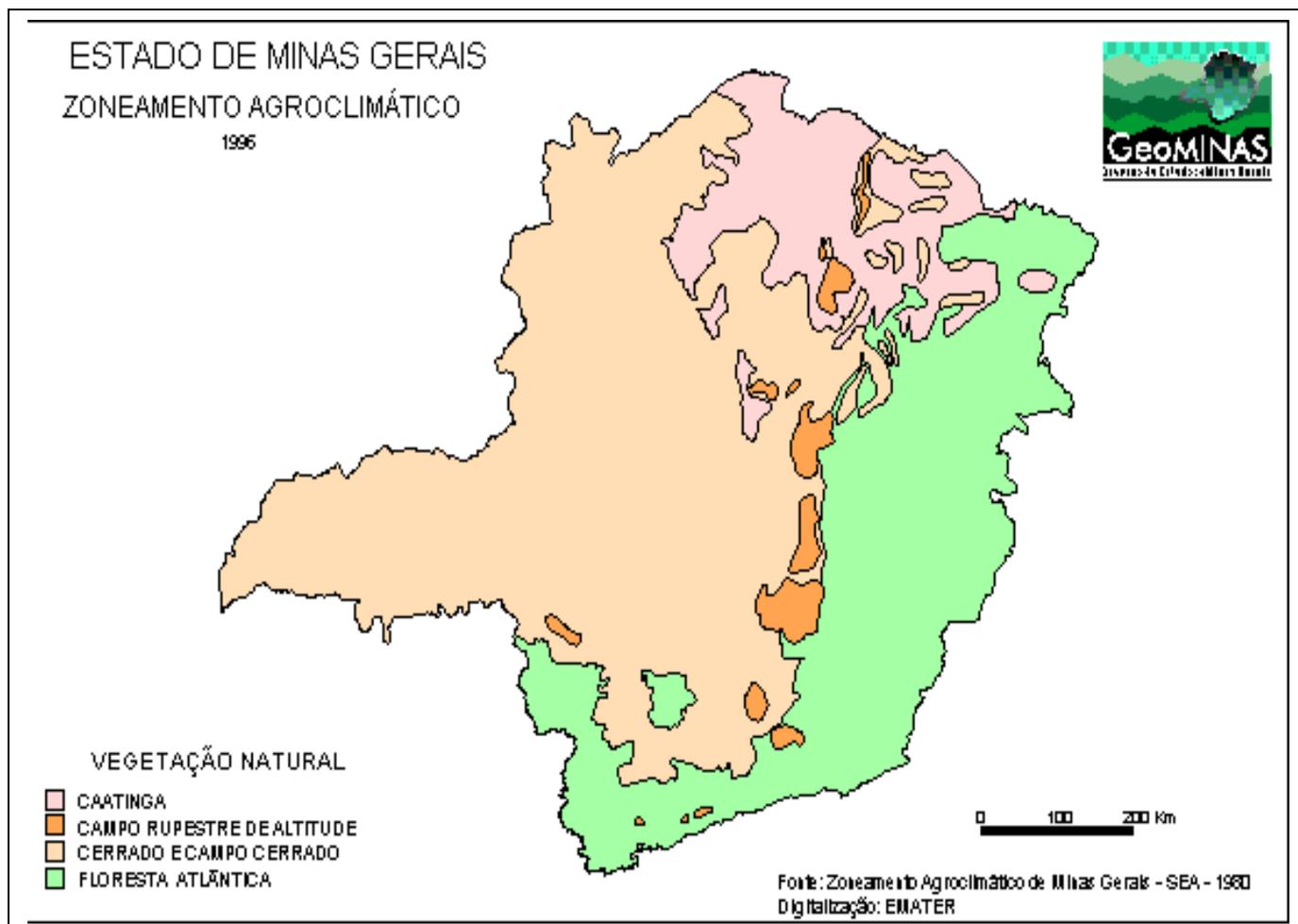
Nesse sentido, apesar do centro minerador não possuir características de clima, relevo e vegetação favoráveis à agricultura, a região encontra-se “*de frente*” para uma vasta área de florestas possuindo clima úmido e quente, apto ao cultivo de alimentos.

O mapa abaixo apresenta as condições de vegetação natural características das Minas. A figura diz respeito ao Estado de Minas Gerais, mas engloba a região correspondente à circunscrição administrativa da capitania/província de Minas Gerais. As áreas definidas mostram a região de campo rupestre de altitude onde se localizavam

as áreas de extração do ouro mineiro. Elas fazem fronteira com a zona de floresta atlântica situada a leste e sudeste da capitania/província. A colonização dessas áreas ocorreu a partir de uma expansão agrícola e territorial que se intensificaram no início do século XIX. Outra importante área demarcada corresponde ao cerrado mineiro, região que se destacou na criação e comercialização de gado.

Mapa II- Zoneamento agroclimático do Estado de Minas Gerais. Vegetação

Natural.⁹



Fonte : site : www.geominas.com.br

Sendo Mariana o município mais antigo, além disso, a sede do arcebispado, os povoados formados ao longo do século XVIII se declaravam pertencer à Mariana, subordinando-se à Câmara Municipal, constituindo assim uma grande circunscrição jurídica. Até meados do século XIX, Mariana continuaria a acumular essas importantes

⁹ Região administrativa que coincide, pelo menos em relação à região estudada, à Capitania/Província de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

funções de centro religioso, educacional e administrativo. Assim, embora tendo nascido e prosperado em função da exploração do ouro, mesmo com o declínio da produção deste metal a cidade continuaria a desempenhar uma papel de destaque no contexto da capitania e mais tarde da província. (ALMEIDA, 1995. p. 48)

Clotilde Paiva elaborou uma regionalização da província de Minas Gerais no século XIX, que leva em conta os níveis de desenvolvimento das micro-regiões. A *mineradora central oeste*¹⁰, na qual a parcela mais antiga do Termo de Mariana está inserida, apresentou os melhores níveis de riqueza na primeira metade do século. Exportava para o Rio de Janeiro ouro, pedras preciosas, tecidos, doces, além de produzir alimentos para o mercado intra e inter-regional. A região se caracterizava por ser um importante entreposto comercial sinalizado pelo grande número de casas de negócio.

A esterilidade do solo de antigas áreas de mineração já abandonadas e devastadas deslocou pequena parte da população para partes mais férteis, localizadas mais ao sul da região, onde se dedicavam à agricultura de mantimentos e à pecuária.

O quadro abaixo demonstra a população de escravos da região e sua inserção no tráfico de africanos em 1831/1832 e 1838/1840. A *mineradora central oeste* era a maior possuidora de cativos de Minas Gerais. Nem mesmo as regiões mais prósperas da província no decorrer do século XIX (a Zona da Mata cafeeira, o sudeste e a região da Comarca do Rio das Mortes – Intermediária Pitangui-Tamanduá) a alcançavam em número de africanos. Seu laço com o tráfico de escravos também foi comprovado por possuir, ainda, 44% do seu plantel vindo da África.

¹⁰ Esta micro-região inclui os municípios de Sabará, Queluz, Ouro Preto e parcelas dos municípios de Caeté e Mariana.

Tabela 4 - Distribuição da população escrava de Minas Gerais por origem

Região¹¹	Es. Brasileiros	Es. africanos	Total
Min. Central oeste	56%	44%	40.015
Intermediária Pitangui	58%	42%	19.947
Sudeste	51%	49%	14.599
Sul central	52%	48%	14.589
Mata	47%	53%	6.600
Min. Central leste	34%	66%	5.655
Médio-Baixo R. Velhas	71%	29%	5.650
Outras	64%	36%	20.311
Província	57%	43%	127.366

Fonte: PAIVA, 1996. p. 210

Com esta grande população cativa, a mineradora Central Oeste desenvolveu um importante setor comercial, inclusive de alimentos. Ela foi classificada por Paiva como de alto nível de desenvolvimento. Possuía a maior população da província (23,5 %), o maior número de engenhos (23,6%) e o maior número de casas de negócio (26,7%) (PAIVA, 1996. p. 85). Por apresentar um vasto território, Mariana foi um dos mais importantes municípios dessa região, alcançando os melhores índices dentro da *mineradora central oeste*.

O Termo se estendia até a região da Floresta Atlântica. Limitava-se ao norte da sede com as freguesias de Catas Altas, ao leste até Furquim e Barra Longa e ao sudeste até Ubá, S. João Batista do Prezido e Rio Pomba, passando por Guarapiranga, Ponte Nova e Santa Rita do Turvo.

¹¹ Os critérios para esta regionalização foram detalhados por Clotilde Paiva (1996). Eles levam mais em conta os níveis de desenvolvimento econômico do que a regionalização administrativa.

A posição geográfica, a situação administrativa e sua tradição na economia mineradora possibilitaram ao município diversificar suas atividades econômicas mantendo-se como uma das principais regiões de Minas no século XIX.

A região possuía rios importantes: o Ribeirão do Carmo que cortava toda a região mineradora, entre os ramos da Serra de Ouro Preto/Itacolomi e desaguava no Rio Doce; e o próprio Doce, que nasce na Serra da Mantiqueira e cortava toda a região de mata no leste da Capitania/Província, de Minas Gerais.

A jurisdição da Comarca de Ouro Preto, a qual pertencia a região que estamos tratando, compreendia desde o centro géo-econômico minerador, Vila Rica/ Mariana até a região de fronteira do leste e sudeste da Capitania. Segundo Francisco Andrade, a divisão natural das Gerais, imposta pela Serra da Mantiqueira/ Espinhaço e por outras características naturais define a delimitação jurídica e administrativa (ANDRADE, 1994 p.21).

Da mesma forma, podemos perceber a influência desses aspectos geográficos e históricos no re-ordenamento da economia. Desde a primeira metade do século XVIII, Minas Gerais desenvolveu uma produção agropecuária para abastecer suas cidades e Vilas. As atividades agro-pastoris se consolidaram ao longo do século e no início do oitocentos representavam um vigoroso complexo para subsistência regional e comercialização de alimentos. A região à leste e sudeste da sede do Termo de Mariana, caracterizada por clima e solo típicos da mata atlântica, como já apresentado, protagonizou este processo de apogeu das atividades rurais.

O que se percebe é que a região foi, no contexto da decadência da mineração, uma área com amplas possibilidades de expansão das atividades por ter essa enorme fronteira aberta. Segundo Carla de Almeida, no final do século XVIII, houve ocupações de novas regiões na tentativa de encontrar ouro em abundância. Contudo, não se

demorou a perceber o engano e as pessoas passaram a aproveitar a qualidade e a quantidade de novas terras para se dedicarem a outras atividades (ALMEIDA,1995 p. 55).

Dessa forma, unidas as condições de localização geográfica à herança histórica e econômica da região, o Município de Mariana representa um grande exemplo de que não estamos tratando de uma região decadente. Contudo, é importante estar alerta para que as generalizações não prejudiquem uma definição mais completa da metodologia de trabalho, para estudar a região. Segundo Francisco Andrade:

Dependendo da localização geográfica e das condições ecológicas específicas dos núcleos de habitantes, diferenciavam-se o peso da herança mineradora e as possibilidades econômicas das práticas de atividades agropecuárias. (ANDRADE, 1994. 55).

Sendo assim, podemos trabalhar com três grupos de localidades conforme suas características geográficas e sócio-econômicas. Nas proximidades da sede do Termo temos a região tradicionalmente mineradora, que possui características de campo rupestre de altitude. Mariana (a sede), Passagem de Mariana, Camargos, Antônio Pereira e outros se apresentavam ainda com muita atividades ligadas à mineração, mas com indícios de uma grande concentração de pobreza, com exceção da sede do município, que tinha diversas atividades próprias de centros urbanos e políticos (muitos negociantes, mineiros, profissionais de serviços e cargos públicos). As listas nominativas de Mariana e Passagem de Mariana identificam que 52% dos chefes de domicílios foram declarados “sem ocupação” ou como “indigentes”.

Estes são indícios – principalmente se comparados com as outras sub-regiões de nossa classificação – de que as regiões tradicionalmente mineradoras, que não possuíam características geográficas propícias à agricultura entraram em declínio econômico de fato. A cidade de Mariana, por ser a sede administrativa do Termo, centralizava o recebimento de impostos, o que mantinha um certo nível de circulação de renda nesta

comunidade, além, é claro, de ser referência para o estabelecimento de entrepostos comerciais.

O segundo grupo de localidades é representado pelas freguesias que experimentaram a extração aurífera, mas que desde o século XVIII, já se dedicavam à produção de alimentos e outras atividades. Catas Altas, Furquim e São Caetano estão localizadas numa região de fronteira com a zona da mata, propícia às atividades agrícolas. Analisando as listas nominativas de 1821-1822, Francisco Andrade, identificou que, por exemplo, em Furquim havia 5485 moradores, dos quais 2029 eram escravos o que demonstrava o vigor econômico da comunidade. (ANDRADE,1994. p. 86).

O terceiro grupo de localidades que podem ser estudadas no interior do Termo de Mariana são as que estavam na região de expansão agrícola. Ou seja, povoados tipicamente rurais surgidos no interior da Zona da Mata atlântica mineira, desbravando uma região de fronteira aberta e terras devolutas. Dentre as principais localidades que se enquadram nesta delimitação estão: Ponte Nova, Santa Rita do Turvo, Ubá, Nossa Senhora dos Remédios, São João Batista do Prezídio e outras.

Em nossa pesquisa, procuramos dar ênfase às duas últimas regiões. A intenção é analisar a estrutura de posse de escravos e utilização da mão-de-obra nesta região onde a historiografia vem demonstrando uma consolidação de um perfil econômico tipicamente agrícola. A estrutura da distribuição da mão-de-obra no interior das unidades roceiras é um fator que pode contribuir para o entendimento da formação econômica e social da região. Por ser nosso interesse analisar as unidades de produção agrícola e as sub-regiões baseadas na economia rural, optamos por não incluir na pesquisa a região tradicionalmente mineradora. Outro aspecto da análise será a identificação do grau de mercantilização da região, na tentativa de traçar o perfil sócio-econômico de contato estrutural ou não com o mercado.

O recorte regional de nossa pesquisa torna-se especialmente valioso, quando percebemos que a região escolhida encaixa-se perfeitamente no debate historiográfico já ocorrido acerca da decadência da mineração e da economia de Minas Gerais no século XIX. A região do Termo de Mariana é um exemplo de migração de eixo econômico, passando da mineração para uma agricultura mercantil de subsistência. (LIBBY, 1988). As abordagens específicas que analisam determinadas localidades no interior do Termo, têm demonstrado este perfil, contribuindo para as interpretações gerais sobre a economia mineira no oitocentos.

Carla de Almeida elaborou uma periodização que delimita o processo de auge e decadência do ouro, e o de consolidação da economia agrícola de subsistência, para a região de Mariana. O primeiro sub-período corresponde aos anos entre 1750 e 1770. Segundo a autora, apesar do auge da extração do ouro ter tido o seu ponto máximo entre 1735-1739, somente em 1770, a queda foi realmente brutal. Ou seja, durante as datas propostas por Carla de Almeida, ainda a economia mineira tinha como principal eixo econômico a mineração do ouro aluvional. O segundo sub-período proposto, estende-se entre os anos de 1780-1810. Segundo a autora, pode ser caracterizado (...) *como o período em que a economia mineira deixou de ter a mineração como a atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser seu eixo central.* (ALMEIDA, 1995 p. 102). As unidades produtivas estavam caminhando para uma auto-suficiência na produção de alimentos e na manufatura têxtil.

A diversificação da economia, pela existência de uma demanda interna de subsistência acabou gerando a possibilidade de comercialização desses produtos, o que levou Carla de Almeida a identificar um novo subperíodo, 1820- 1850, como consolidação da economia mercantil de subsistência. Este recorte é especialmente

importante, por que neste período a importação de cativos para Minas Gerais crescia em comparação com as outras capitanias/províncias.

Contudo, a metodologia utilizada por Carla de Almeida, para abordar essa economia mercantil de subsistência, não leva em conta as especificidades sub-regionais existentes na região administrativa do Termo de Mariana. As fontes analisadas, principalmente inventários *pós-mortem*, correspondem a todo o Termo, que possui diferenças significativas entre seus distritos e freguesias. A classificação, já apontada, mostra que o Termo não era homogêneo em suas características sócio-econômicas, tornando arriscado colocar no mesmo plano, os espaços tradicionalmente mineradores e as outras regiões.

A abordagem regional tem sua principal contribuição na possibilidade de se estudar espaços homogêneos, reduzidos, mas que permitam uma análise ampla. As análises gerais dependem, assim, das especificidades regionais. Contudo, só é possível conceber uma História Regional se realizarmos um recorte espacial inserido numa temporalidade determinada. As conjunturas temporais devem determinar a construção do espaço a ser delimitado. Isto porque, do ponto de vista das relações humanas, a região não pode ser compreendida superficialmente, pois

...não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescinde de uma base territorial.” (MATOS, 1990. Cit in.: PRIORI, 1994).

Segundo Ângelo Priori, da mesma forma que o historiador tem liberdade para escolher um tema de pesquisa, ele tem para delimitar uma região. A delimitação do espaço e das fontes deve ser um exercício levado a cabo pelo historiador a partir do conhecimento prévio adquirido. Para tanto, alguns critérios básicos podem ser estabelecidos para contribuir na escolha do pesquisador: fronteiras político-

administrativas; critérios econômicos; base físico-climática; características da vegetação e distribuição demográfica.

4- Capítulo 3

Região de “Transição” e região de “expansão agrícola”

Os trabalhos apresentados até aqui, sobre a economia de Minas Gerais no século XIX, afirmam contundentemente o predomínio das atividades agropastoris. Douglas Libby demonstrou um largo predomínio destas atividades junto com as atividades artesanais (Libby, 1988, p. 70). Para a região do Termo de Mariana, os trabalhos como os de Francisco Eduardo e Carla de Almeida já confirmam a supremacia das atividades rurais no eixo econômico.

A subdivisão do Termo de Mariana, proposta neste texto em três sub-regiões, apóia-se na constatação de diferenciação sócio-econômica existente na circunscrição administrativa. Não temos dados que permitam elaborar uma hierarquia de níveis de desenvolvimento econômico como na pesquisa de Clotilde Paiva, mas podemos encontrar índices da predominância de características mais ou menos dinâmicas para cada localidade. Vale lembrar também que tal sub-divisão foi muito útil na identificação do *centro dinâmico* da economia regional: se as unidades produtivas camponesas – onde predomina o trabalho familiar – ou a propriedade escravista.

Nos limitaremos a analisar as duas últimas sub-regiões: São Caetano, Furquim e Catas Altas, que experimentaram o ciclo do ouro e transitaram para a agropecuária, e Santa Rita do Turvo, São João Batista do Prezídio e Ubá, distritos localizados na região de expansão agrícola.

A paróquia de São Caetano possuía um importante contingente populacional livre e cativo. Habitavam no local 2655 pessoas, dessas, 1090 eram escravos, segundo a lista nominativa de 1821. A exploração começou em 1700, com a extração de ouro, localizada a 19 Km da sede, Mariana. Deste então recebeu um vigoroso contingente de exploradores. Em 1742 tornou-se freguesia do Termo de Mariana. Desde 1943, a

freguesia passou a se chamar distrito de Monsenhor Horta, pertencendo ainda ao município de Mariana.

Tabela 5 -Distribuição da ocupação da em São Caetano. 1821

Setores de ocupação	%	
Agricultura	94	64
Ferreiro	12	8,2
Arrieiro	12	8,2
Negociante	2	1,3
Mineração	20	13,6
Jornaleiro	7	4,7
Total	147	100

Fonte: Listas de habitantes AHCMM. In.: Andrade, 1994.

Apesar de contabilizados 441 domicílios, apenas 147 informavam a ocupação dos chefes. O setor agrícola compreende 64% desses domicílios, seguido do setor de mineração, que abarca 13,6%. Confirmando, desta forma, uma supremacia já identificada pela historiografia, do setor de agricultura. Como destaque, observamos a participação expressiva do setor de mineração com 20 dos 147 domicílios identificados.

A freguesia de Furquim é um dos locais mais antigos de Minas Gerais. A exploração do ouro começou aí desde as primeiras descoberta das Minas. Em 1706 já era paróquia e se tornou freguesia de Mariana em 1724, de onde se distanciava 31 Km . Ainda no século XIX, muitas capelas e numerosos arraiais pertenciam à paróquia do “Bom Jesus do Monte do Furquim”. Por isso, a freguesia aparece na lista nominativa como a mais populosa do termo no período. Hoje Furquim é um pobre distrito da cidade de Mariana.

Em 1821 habitavam 5485 pessoas, 3456 livres e 2029 escravos. A alta concentração de cativos sinaliza uma prosperidade econômica para a localidade.

Tabela 6- Distribuição da ocupação em Furquim. 1821

Setores de ocupação		%
Agricultura	313	45,2
Artesanato	177	25,6
Transporte mercadorias	25	3,7
Comércio	37	5,3
Mineração	25	3,7
Jornaleiro	114	16,5
Total	691	100

Fonte: Listas de habitantes AHCMM. Códice633.In.: Andrade, 1994

O grupo de pessoas ligadas à atividade mineradora era pequeno, mas o fato de ainda aparecerem, em 1821, 25 pessoas ligadas à esta atividade demonstra uma herança mineradora. O predomínio da agricultura também é visível. Dedicavam-se a este setor 45,2% da população. Considerava-se assim a agricultura como atividade substitutiva à mineração. Contudo, a freguesia de Furquim apresenta aspectos que podem tornar a análise mais complexa. O setor artesanal representa 25,6 % da população, um sinal de que a atividade tinha grande importância na região. A pesquisa revela que 152 das 177 pessoas identificadas no setor de artesanato eram fiandeiras, o que demonstra o caráter doméstico e familiar da atividade.

Outro aspecto interessante é o aparecimento de 37 pessoas ligadas ao setor de comércio. Proporcionalmente parece ser pouco, já que corresponde a 5,3%. Contudo, entendemos que pelo caráter da atividade comercial é natural que elas sejam poucas. Em geral um estabelecimento comercial atende a dezenas de famílias e um negociante trata com diversos fornecedores e compradores. Os negociantes eram 17 das 37 pessoas do setor, o que demonstra um alto grau de ligação que a localidade tinha com o mercado.

A freguesia de Catas Altas do Mato Dentro situava-se 43 Km ao norte da sede do Termo. A exploração do ouro também começou junto com as primeiras descobertas. O arraial foi fundado em 1703 e tornou-se freguesia de Mariana em 1724. Apesar do histórico de atividades minerais, o arraial se formou praticamente no interior da região de floresta. Localizava-se às margens da estrada que ligava Ouro Preto e Mariana às vilas importantes da Comarca do Serro Frio. Francisco Andrade afirma que

A ênfase em uma prosperidade e riqueza aurífera do setecentos e na ‘decadência’ oitocentista dos antigos núcleos populacionais é uma constante nos escritos de viajantes e estudiosos de Minas Gerais, no primeiro quartel do século XIX. (Andrade 1994, p.41).

No entanto, o movimento lento e gradual que ocorria era o da intensificação da atividade agrícola, já experimentada desde o século XVIII. O pároco que confeccionou a detalhada lista nominativa de Catas Altas em 1821, Francisco Xavier Augusto de França afirmou na abertura do livro que:

Sendo as freguesias desta província a princípio pequenos distritos que apenas circundavam as povoações fundadas nos lugares dos serviços minerais, hoje em dia se não pode com individuação descrever os limites de cada uma, porque passando alguns dos mineiros a agricultores foram penetrando os sertões incultos, estabelecendo-se em grandes fazendas, e sem atender às distâncias prestavam obediência ao pároco, ou capelão do lugar donde se ausentavam, ficando por este princípio irregular, e tortuosos quase todos os limites das sobreditas freguesias, por serem estes os próprios de cada um dos fazendeiros. (Lista nominativa de Catas Altas. 1821.Códice 154)

Nesta data, Catas Altas possuía 2155 moradores, desses, 1245 eram livres e 910 eram cativos. A freguesia se dividia entre o arraial sede e os espaços rurais.

Tabela 7- Ocupação dos moradores livres e escravos de Catas Altas. 1822

Agricultura	70	8,7	251	35,4
Artesanato	560	70	176	25
Transporte/mercadorias	36	4,5	5	0,7
Comércio	40	5	1	0,2
Mineração	82	10,2	217	30,6
Jornaleiro	11	1,4	58	8,1
Total	799	100	708	100

Fonte: Listas de habitantes AHCMM. In: Andrade, 1994.

A situação da distribuição da ocupação dos moradores de Catas Altas apresenta características diferenciadas. O alto índice de aparecimento de artesãos, que aqui são: costureiras, ferreiros, fiandeiras, tecedeiras, alfaiates, estaria ligado ao alto grau de desenvolvimento do comércio em Catas Altas. A localização às margens da Estrada Real, como já mencionado, incentivava o desenvolvimento dessas atividades. Apesar dos moradores livres ligados a atividades agro-pastoris terem sido 8,7% dos identificados, esta atividade concentrava 251 escravos ou 35,4 % do total de cativos da freguesia. Sinal de que o setor era o mais próspero e tinha alto grau de ligação com os circuitos mercantis. Importante salientar que no setor de agricultura a concentração de cativos era muito grande, o que leva-nos a concluir que esta atividade não estava voltada apenas para a sobrevivência local, mas fazia parte de um complexo mercado existente.

Outra marca importante de Catas Altas, é tanto o número de pessoas livres ligadas à atividade mineradora (82 ou 10,2%), quanto a quantidade de escravos utilizados (217 ou 30,6%). A atividade ainda tinha bastante importância na economia local, devido ao contingente mancipio utilizado.

Esta sub-região analisada até aqui apresenta características da diversificação econômica apontada por Douglas Libby (1988). O autor demonstra graficamente sinais de que a grande maioria de livres e escravos, em toda a província de Minas Gerais, estava ligada ao artesanato (entendendo aqui como item centralizador de várias profissões) e agricultura.

Tudo indica que estamos tratando do grupo de localidades mais ricas do Termo de Mariana, seja pela diversidade econômica, seja pela forte presença do comércio ou pela concentração de cativos. A presença marcante de escravos em uma determinada localidade é um forte sinal de sua prosperidade (mesmo que seja a prosperidade de uma elite) por causa da possibilidade do contato com os circuitos mercantis do interior da colônia. Isto ocorreu devido às potencialidade geográficas e históricas desses locais. Primeiro pelo fato de já terem uma estrutura sócio-econômica com a rica atividade mineradora e segundo porque já haviam experimentado, desde o século XVIII, atividades subsidiárias à mineração. Em *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior já salientava o vigor autônomo da economia mineira e a sua transição para a agricultura de subsistência, após a decadência da mineração.

Em Minas Gerais a situação é menos grave. A decadência da mineração não foi aí até um quase desaparecimento como em Goiás. (...) o povoamento fora aí muito mais intenso, e, sobretudo, organizou-se em bases sociais mais sólidas. Foi por isso possível renovar e reconstituir, parcialmente pelo menos, o perdido setor da mineração com outros elementos da vitalidade: a pecuária e agricultura. A não ser excepcionalmente, nos principais centros mineradores, onde a natureza do solo não se prestava às atividades agrárias. E como aqueles se localizam sobretudo na parte central da capitania, assistimos em Minas Gerais a um movimento demográfico centrífugo, daquela parte central, em que dantes se adensara a população, para a periferia, invadindo mesmo em certos pontos o território de capitânicas vizinhas. Alguns setores daquela periferia já tinham sido ocupados, vímo-lo anteriormente, por pequenos núcleos mineradores; eles se renovarão e começarão outra vida em bases diferentes. Outros achavam-se inteiramente desertos, e serão ocupados pela primeira vez.” (Prado Jr., 1999. p. 75-76)

Talvez, este *movimento demográfico centrífugo*, tenha ocorrido em Minas Gerais, mas de maneira tímida e regional. As freguesias mais prósperas podem ter recebido pequenas levas de trabalhadores dispostos a desbravarem a floresta para plantar sua própria roça. Contudo, ainda não se pode fazer tal afirmação, devido a ausência de

pesquisas que o possam demonstrar empiricamente, apesar de importantes trabalhos demográficos como de Clotilde Paiva (1996) e Laird Bergad (2004) atribuírem a esta pequena migração, a transição para uma atividade agropecuária e a prosperidade das antigas regiões, onde estão localizados os centros mineradores.

À frente discutiremos mais a fundo as características sócio-econômicas dessas localidades, analisando a mão-de-obra utilizada nas atividades acima citadas.

O segundo grupo de localidades de nossa classificação, refere-se àquelas situadas na região da floresta atlântica, ou seja, a zona da mata mineira. Como já salientamos, a circunscrição administrativa do município de Mariana abarcava a parte leste e sudeste da capitania de Minas Gerais.

O distrito de Santa Rita do Turvo localiza-se na região de expansão agrícola do Termo de Mariana. A capela dedicada a Santa Rita foi erigida em 1800, o que demonstra o caráter tardio da ocupação da localidade. Pertencia à freguesia do Pomba e somente em 1832 foi elevada a freguesia. A emancipação, já com o nome de Viçosa, deu-se em 1876. Esta importante localidade do termo de Mariana possuía 1773 habitantes em 1819. Desses, 1139 eram livres e 637 eram escravos. Estavam distribuídos em 217 domicílios.

Tabela 8- Distribuição da ocupação dos chefes de domicílios. Santa Rita do Turvo.

1819

Ocupação	Num. Abs.	%
Roceiro	142	65,4
Sem ocupação	34	15,7
Indigente	27	12,5
Jornaleiro	4	1,9
Loja ou venda	3	1,4
Ferreiro	2	0,9
Carapina	2	0,9
Alfaiate	2	0,9
Tropeiro	1	0,4
Total	217	100

Listas de habitantes AHCMM.1819. Códice 742.

Observando a tabela referente a ocupação dos chefes dos domicílios, vemos uma maioria absoluta de indivíduos ocupados com roça, 65,4%. Não há praticamente nenhuma outra atividade exercida pelos moradores da freguesia, que seja relevante em termos numéricos. Não há habitantes “negociantes”, somente alguns envolvidos com lojas ou vendas. Este indício aponta para uma fraca mercantilização da economia da localidade e sua aproximação de uma agricultura de subsistência local. As identificações: “sem ocupação” e “indigente”, seguem com 15,7% e 12,5% dos chefes de domicílios, respectivamente, mostrando que era muito tênue o limite entre a subsistência e a pobreza, já que esta economia não se destacava comercialmente, circulando assim, pouca riqueza. Contudo, uma importante população de cativos trabalhava nas roças aqui analisadas. Mais adiante abordaremos esta problemática ao aprofundarmos o tema da estrutura de posse.

Outra freguesia da região de expansão agrícola é São João Batista do Prezídio, onde está localizado hoje o município de Visconde do Rio Branco; na Zona da Mata

mineira. O povoamento do local iniciou-se com a abertura de uma “filial” do aldeamento indígena de São Manuel do Rio Pomba.

Assim foi que, em 25 de agosto de 1787, requereu provisão para a capela dedicada a São João Batista, no presídio dos índios Puris. Levantada a capela e constituído o povoado, ficou este conhecido como Presido de São João Batista. (BARBOSA,1971.P. 539)

Os aldeamentos tinham como objetivo catequizar os índios das regiões recém-desbravadas (...) *ensinando também agricultura, plantando cereais, cana, algodão, mandioca, desenvolvendo fiação e tecelagem e fabricação de açúcar.* (BARBOSA,1971,p. 539). Em 1810, o distrito tornou-se freguesia e apesar do povoamento tardio figurava em 1819 com uma população de 2680 moradores, dos quais 2179 eram livres e 501 eram cativos.

Tabela 9 -Distribuição da ocupação dos chefes de domicílios do distrito de São João Batista do Presídio. 1819.

Ocupação		%
Agricultor	365	77,5
Sem ocupação	49	10,5
Negociante	24	5
Carpinteiro	12	2,5
Sapateiro	5	1,1
Ferreiro	4	0,8
Outros	10	2,1
Total	471	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 398.

O contingente populacional estava distribuído em 471 domicílios. Desses, 365 ou 77,5% eram chefiados por indivíduos ocupados com agricultura (aqui não há agrupamento de ocupações, porque a lista só apresentou o termo “agricultor”). A hegemonia do setor é aqui evidente e bastante superior ao verificado para as ocupações analisadas anteriormente. A identificação “sem ocupação” aparece também em segundo lugar (15,7%).

O termo “negociante” foi empregado de forma generalizada, nos distritos de São João Batista do Presídio e Ubá, para representar diversos tipos de atividades comerciais (mercador, taberneiro, loja, venda, negócio etc.). Em S. Caetano, Furquim e Catas Altas as atividades aparecem discriminadas, sendo o termo “negociante” relacionado àqueles que comercializam produtos no mercado regional e colonial. Os “negociantes” aqui, em uma primeira análise, parecem estar pouco envolvidos com circulação externa, pelo fato de nenhum deles possuir cativos. Isto reforça a hipótese de que estamos tratando de uma região com pouco contato com os circuitos mercantis, voltada essencialmente para subsistência.

Encerrando o grupo de localidades que representam a região de expansão agrícola temos o distrito de São Januário do Ubá. O distrito também surgiu como filial da paróquia de São Manuel do Pomba, em 1815. O recente povoado tinha em 1819, 992 habitantes, dos quais 714 eram livres e 278 eram cativos.

Tabela 10 - Distribuição da ocupação dos chefes de domicílio de Ubá. 1819.

Ocupação		%
Agricultor	106	79,1
Sem ocupação	17	12,7
Jornaleiro	4	3,0
Negociante	3	2,4
Sapateiro	2	1,4
Tropeiro	1	0,7
Carpinteiro	1	0,7
Total	134	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 726

O setor de agricultura, em Ubá, representa a maior proporção de domicílios em comparação com todas as listas nominativas analisadas em nossa pesquisa. São 79,1% dos chefes envolvidos nesta atividade, enquanto 12,7 % não tinham ocupação. Ou seja, a localidade foi essencialmente rural e a sobrevivência de seus moradores dependia quase que exclusivamente da terra. Esta realidade foi uma constante na Zona da mata mineira e serviu de base econômica para os municípios que ali se formaram.

As freguesias pertencentes ao setor de transição demonstram uma maior diversificação e dinamismo em comparação com as localidades formadas na Zona da mata, que possuem uma especialização na agricultura de alimentos e poucos sinais de comercialização de grande porte. Quando a historiografia aponta para uma economia diversificada e mercantil é preciso estar atento para uma possível generalização, que não leve em conta diferenciações sub-regionais existentes.

4.1 Natureza da posse de escravos nas diversas localidades

A análise da posse de cativos em cada uma das freguesias será nossa base principal para formularmos os perfis econômicos mais adequados com os quais elas podem ser identificadas. Para tanto, tentaremos classificar os domicílios estudados em três categorias: aqueles que possuem “somente livres” disponíveis para o trabalho; aqueles que possuem “livres e cativos” trabalhando (aqui estão incluídos tanto os domicílios em que os cativos são maioria quanto aqueles em que o número de livres é superior); e por fim os domicílios que possuem somente cativos à disposição para o trabalho (os livres destes domicílios eram somente os proprietários, em geral acompanhados pela esposa).

Tabela 11 - Natureza do domicílio segundo a posse de escravos. Catas Altas. 1822.

Domicílio		%
Somente Livres	238	67,4
Livres e cativos	69	19,5
Cativos sem família	46	13,1
Total	353	100

Fonte: Listas de habitantes AHCMM. 1821. Códice154

Em Catas Altas os domicílios que não possuíam escravos correspondiam a 67,4% do total. Em todas as freguesias a porcentagem de domicílios “somente livres” foi sempre superior a 53%. Chegando ao extremo de 75,6% em São João Batista. A categoria de “livres e cativos” supera em todas as freguesias a categoria de “cativos sem trabalho familiar”. A diferença foi menor somente em Catas Altas, 19,5% e 13,1% respectivamente. Esta última categoria por sua vez representou uma maior porcentagem em Catas Altas do que nas outras freguesias. Catas Altas possuía, além disso, junto com as outras freguesias de seu grupo de classificação, a maior população de cativos em números absolutos e em porcentagem diante de toda a população da freguesia.

O que estamos pretendendo destacar é o que parece óbvio: a mão-de-obra escrava, para as freguesias de grupo de “transição” parece ter importância significativa na reprodução de sua economia. A explicação para tal apego ao trabalho cativo, estaria no dinamismo de sua economia representado pelas tabelas de ocupação referentes às freguesias de São Caetano (tabela 7), Furquim (tabela 8) e Catas Altas (tabela 9).

Essas três freguesias estavam localizadas nas proximidades de Mariana e Vila Rica, já identificados como centros comerciais importantes em Minas Gerais no século XIX. A prosperidade da freguesia estava ligada à participação em circuitos mercantis internos, o que também explica a concentração de escravos. Ou seja, mesmo a população cativa não sendo maioria do contingente local, e mesmo o número de domicílios com “somente livres” tendo sido maioria consolidada, tudo indica que o “centro dinâmico” da economia estava ligado à utilização de mão-de-obra cativa.

Trabalhando com o conceito de “atividade nuclear”, Clotilde Paiva afirma que o caso da mineração é clássico: esta atividade representava o centro dinâmico da economia de Minas Gerais no século XVIII, mesmo não possuindo sob sua influência direta, a maior parte da população. Com a decadência da extração aurífera, o eixo, ou

“atividade nuclear” da economia muda para um conjunto diverso de atividades. (PAIVA, 1996)

Assim, podemos entender que, a “atividade nuclear” deixa de ser caracterizada por um produto (o ouro) e passa a ser caracterizada por aquelas atividades que estariam integradas aos circuitos comerciais internos. Por exemplo, na sub-região de Transição, que está em tela, temos um forte setor de agropecuária, ainda de mineração, de artesanato e de um comércio vigoroso, tendo como base de sua reprodução a utilização sistêmica da escravidão.

De forma tímida vamos entrando no terreno da definição de perfis nos quais as nossas freguesias colocadas em foco possam se incluir. Além do que já foi apresentado, contamos ainda com uma considerável parcela de habitantes dessas freguesias que: 1) não possuíam escravos; 2) possuíam diminutos plantéis escravistas; 3) além de não possuírem cativos, estavam desocupados ou em situação de muita pobreza.

Tabela 12 - Natureza do domicílio segundo a posse de escravos. Santa Rita do

Turvo. 1819.

Domicílios		%
Somente livres	120	55,2
Livres e cativos	81	37,4
Cativos sem famílias	16	7,4
Total	217	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 742

Tabela 13 – Natureza do domicílio segundo a posse de escravos. São João Batista.

1819.

Domicílios		%
Somente livres	356	75,6
Livres e cativos	87	18,4
Cativos sem famílias	28	6,0
Total	47	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 398.

Tabela 14 - Natureza do domicílio segundo a posse de escravos. Ubá 1819.

Domicílio		%
Domicílios somente livres	89	66,4
Livres e Cativos	40	29,8
Cativos sem trabalho familiar livre	5	3,8
Total	134	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 726

Como identificamos no primeiro capítulo, João Fragoso leva a discussão ao limite aventando a hipótese de que em Minas Gerais prevaleciam unidades camponesas que utilizavam eventualmente escravos como mão de obra complementar (conclusão alcançada com a identificação da predominância dos pequenos plantéis de cativos). A “região de expansão agrícola” pode, em uma primeira análise, relacionar-se com esta categorização.

As tabelas de ocupação mostram que nas Freguesias de Santa Rita do Turvo, São João Batista e Ubá, predominavam as atividades agrícolas, com uma porcentagem

muito grande. Ou seja, nestas localidades não se registra um forte setor comercial, o que demonstraria uma tímida ligação com os circuitos mercantis. Outro fator importante é a pouca diversificação das atividades econômicas. A segunda categoria mais importante é a dos chefes de domicílios “sem ocupação”. As tabelas que mostram a natureza dos domicílios, segundo a posse de escravos corroboram com esta possibilidade. A porcentagem de domicílios com “somente livres”, ganha mais importância nas freguesias de São João Batista (75,6%) e Ubá (66,4%). Já em relação a Catas Altas, essas freguesias possuem mais domicílios que contam com o trabalho livre e cativo de forma simultânea, enquanto o número de unidades produtivas que utilizam somente o trabalho escravo é muito reduzido. Abrindo espaço assim para afirmação de que os cativos eram utilizados de forma complementar ao trabalho familiar.

5- Capítulo 4

Estrutura de posse de cativos

A História do Brasil colonial foi marcada desde o início pelo trabalho compulsório. A exploração da mão-de-obra escrava solidificou-se na colônia, devido à farta disponibilidade de terras e restrito contingente de trabalhadores livres disponível. Além de gerador de riqueza, o escravo foi também a garantia de se conseguir empréstimos.

Na estruturação da ocupação e exploração da região das Minas a partir do final do século XVII, o critério para a distribuição de datas minerais era a posse de escravos. (HOLANDA, 1973). A propriedade de almas era a garantia de avanços econômicos, conforto e prestígio. O sistema escravista, mesmo após a independência, garantiu a continuidade de práticas “coloniais”, tanto de reprodução econômica, quanto de organização da sociedade. Pois, embora a mão de obra livre começasse a representar um papel significativo, à medida que avançava o século XIX, a escravidão continuou a ser o eixo central da economia até pelo menos meados do século e, pelo menos no sudeste, também na segunda metade do século XIX.

Por isso, entendemos que é de extrema importância estudar a distribuição da propriedade escrava, devido à sua importância na organização da economia. Sobretudo porque estamos discutindo, nesta pesquisa, se a utilização do trabalho cativo nas Minas Gerais oitocentista foi sistêmica ou apenas complementar ao trabalho familiar.

Iniciemos a análise da posse pela sub-região de “Transição”. Em Catas Altas, 115 (32,5%) dos 353 domicílios possuíam cativos. Como já discutimos acima, isto não desvaloriza a análise, devido à utilização central da mão-de-obra escrava na reprodução da economia.

Tabela 15- Posse e origem de escravos. Distrito de Catas Altas. 1822.

Posse	domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	29	25,2	29	3,2	17	3,8	12	2,6
2 à 5	44	38,3	119	13	68	15,1	51	11,1
6 à 10	18	15,6	126	13,8	38	8,4	88	19,1
11 à 30	19	16,6	339	37,2	178	39,6	161	35
31 e +	5	4,3	297	32,5	149	33,1	148	32,2
Total	115	100	910	100	450	100	460	100

Fonte: Listas de habitantes AHCM. 1821. Códice 154

Quanto ao tamanho da posse, o que vemos é a confirmação de uma tendência que se observa para toda a província de Minas. A pequena posse de cativos predominava: 25,2% dos domicílios possuíam apenas 1 escravo, enquanto 38,3%, tinham entre 2 e 5 cativos. A escravidão miúda demonstra certa consolidação de uma categoria de posse de cativos, cada vez mais presente no sistema escravista brasileiro.

Estes escravos poderiam estar sendo utilizados em trabalhos domésticos, no artesanato, na mineração de pequeno porte e até mesmo como complemento do trabalho familiar na roça.

Contudo, notamos que, apesar de ser minoria entre os domicílios, a média e grande posses contavam com a maior parte da escravaria: 69,7% dos escravos de Catas Altas estavam em domicílios que tinham acima de 11 cativos. Há uma visível concentração de cativos, por parte de grandes fazendeiros que se dedicavam sobretudo à agricultura e à pecuária. Em sua pesquisa sobre a organização da produção em Catas Altas, Francisco Eduardo Andrade explica a divisão do trabalho.

No artesanato (ferreiros, carpinteiros, alfaiates, costureiras, fiandeiras, tecelões, sapateiros, etc), nas atividades de comércio (somente um escravo trabalha como taberneiro), no ofício de tropeiro e carreiro (somente dois escravos nestas ocupações) os homens livres dominavam quase que completamente. Aos escravos cabiam os trabalhos mais variados que não exigiam

tanta habilidade e perícia, como nos trabalhos do serviço doméstico, jornaleiro, capineiros, hortelões, na agricultura e na mineração. (ANDRADE, 1994. P. 126)

Os escravos africanos chegavam por perfazer quase metade da escravaria de Catas Altas. O que aponta para o fato de que a importação de cativos continuava fundamental para a reprodução da economia local, dinâmica o bastante para se ligar ao comércio atlântico de cativos. Escravos brasileiros e africanos estavam distribuídos de forma quase similar entre os tipos de domicílios distinguidos pelo tamanho do plantel. Dessa forma percebe-se que o pequeno proprietário também comprava cativos no mercado e não estava dependente da reprodução natural do escravo. Isto se explica pelo fato de a freguesia de Catas Altas estar ligada diretamente ao circuito mercantil, o que aproximava os pequenos agricultores e artesãos do comércio de escravos. O índice de 49% de escravos africanos, inclusive, supera a marca da meso-região *mineradora central oeste* apresentada por Clotilde Paiva.

Os chefes de domicílio de São Caetano envolvidos com o setor de agricultura demonstraram um perfil semelhante aos de Catas Altas, em relação à posse de cativos: predominância da pequena posse de cativos e uma larga concentração de grandes plantéis nas mãos de poucos proprietários.

Tabela 16 - Posse de escravos. São Caetano. 1819

Posse	domicílios	%	Escravos	%
0	26	32,1	0	0
1	5	6,2	5	1
2 à 5	23	28,4	73	15,4
6 à 10	15	18,5	118	24,7
11 à 30	9	11,1	171	35,5
31 e +	3	3,7	111	23,2
Total	81	100	478	100

Fonte: ANDRADE, 1994 (AHCMM).Código 684

Nesta freguesia, 58,7% dos cativos estavam nos domicílios com mais de 11 escravos. A semelhança do perfil da propriedade de cativos entre Catas Altas e São Caetano não é uma coincidência. A existência de uma concentração maior de cativos na

mão de uma elite que tinha grande contato com o comércio de produtos agrícolas e da mineração, foi, portanto, uma característica marcante na sub-região de Transição.

Quando entramos “mata adentro” notamos um perfil diferenciado entre os proprietários de cativos. O primeiro dado que sinaliza para isto é o fato de Santa Rita do Turvo, São João Batista e Ubá possuírem um plantel de cativos reduzido em comparação ao número de livres. Quanto à distribuição da posse temos:

Tabela 17- Posse e origem dos escravos. Santa Rita do Turvo. 1819

Posse	Domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	17	17,5	17	2,7	5	2,4	12	2,8
2 à 5	46	47,4	147	23	44	21,3	103	23,6
6 à 10	20	20,6	150	23,5	46	22,2	104	24,3
11à 30	12	12,4	194	30,5	63	30,4	131	30,5
31 e +	2	2,1	129	20,3	49	23,7	80	18,8
Total	97	100	637	100	207	100	430	100

Listas de habitantes AHCMM.1819. Códice 742

Nesta localidade há também uma predominância dos pequenos plantéis. O item “2-5” é responsável por 47,4% dos domicílios escravistas, e os itens “11-30” e “31 e +”, são respectivamente responsáveis por 12,4% e 2,1% dos proprietários. O que percebemos como diferenciação da região de “transição” é o fato de haver uma maior concentração de cativos nos itens relacionados à pequena posse. Enquanto em Catas Altas os proprietários que tinham mais de 11 escravos representavam quase 70% da escravaria, em Santa Rita do Turvo essa porcentagem alcançava apenas 50,5%. Existem escravos africanos em todos os tamanhos de posse relacionados, contudo eles representam parte minoritária dos plantéis, sejam eles pequenos ou grandes. Havia, em 1819, 207 cativos africanos e 430 brasileiros em Santa Rita do Turvo, dado que reforça mais uma diferença entre a região de “expansão” e a região de “transição”.

A tendência demonstrada na análise da tabela anterior se mantém para as freguesias seguintes.

Tabela 18 – Posse e origem de escravos em São João Batista do Prezídio.1819.

Posse	domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	45	39,1	45	9	13	9,7	32	39,1
2 à 5	39	33,9	121	24,1	43	32,4	78	33,9
6 à 10	24	20,8	191	38,2	51	38,4	240	20,8
11 à 30	7	6,2	144	28,7	26	19,5	118	6,2
31 e +	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	115	100	501	100	133	100	368	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 398.

Com uma considerável população de 2680 habitantes esta freguesia se caracteriza por uma pequena proporção de cativos (19%), em relação aos habitantes livres (81%). Aqui a pequena posse é ainda mais acentuada. Entre os domicílios escravistas 39,1% possuíam somente 1 cativo e 33,9% possuíam entre 2 e 5 . Apesar de distribuídos em vários domicílios, os cativos parecem não representar significativa participação na reprodução da economia. Cerca de 71,3% dos cativos de São João Batista estavam na faixa de posse de 1 até 10 escravos. Ou seja, não havia, como em Catas Altas, uma concentração de cativos entre os grandes proprietários. Quanto à origem dos escravos de São João Batista, pode-se notar o estabelecimento de uma tendência experimentada por Santa Rita do Turvo, de a proporção de africanos ser cada vez menor que a de cativos brasileiros. Existiam 133 africanos, enquanto que os escravos nascidos no Brasil eram em números de 368.

Tabela 19 - Posse e origem dos escravos de Ubá. 1819.

Posse	Domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiro	%
1	9	20	9	3,5	3	3,5	6	3,1
2 à 5	21	46,7	67	24	22	26,2	45	23,2
6 à 10	6	13,3	47	17	22	26,2	25	12,8
11 à 30	8	17,8	123	44	21	25	101	52,1
31 e +	1	2,2	32	11,5	16	19	17	8,8
Total	45	100	278	100	84	100	194	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 726

A freguesia de Ubá apresenta características semelhantes: predomínio da pequena posse, concentração de cativos também nos pequenos plantéis e uma ocorrência minoritária de africanos listados na documentação

Em relação às duas últimas localidades apresentadas notamos uma especificidade em relação às outras: uma considerável concentração de população indígena. Em geral, os índios que aí habitavam se dedicavam a agricultura familiar.

Tabela 20 – Origem ou etnia dos chefes de domicílios

Cor		%
Branco	178	37,8
Pardo	141	29,9
Crioulo	25	5,3
Índio	120	25,5
Preto	7	1,5
Total	471	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 398.

Tabela 21 - Etnia dos chefes domicílios escravistas

Cor		%
Branco	86	77,4
Pardo	26	22,6
Crioulo	0	0
Índio	0	0
Preto	0	0
Total	115	100

Listas de habitantes AHCMM.1821. Códice 398

Como percebemos, os chefes de domicílios índios representavam importante percentual em relação à raça dos outros chefes, (25,5%). Destaque para ao predomínio do elemento branco com 37,8%. Já entre os domicílios escravistas, os elementos índios não aparecem, assim como os “crioulos” e dos “pretos”. A posse de cativos em São João Batista era uma realidade somente entre os brancos e pardos. Podemos entender que, mesmo que a posse do escravo não representasse forte participação numérica nas atividades agrícolas praticadas nas localidades, ela estava concentrada entre os

elementos brancos, tradicionais detentores de posse em Minas Gerais, desde o século XVIII. A propriedade de cativos era, de fato, sinal de “status”, mas também de acúmulo por parte destes agricultores brancos. Ou seja, a região caracterizava-se por uma forte pobreza concentrada, principalmente, entre índios, pretos e crioulos, apesar da vastidão de terras disponíveis.

Os dados até aqui apresentados reforçam a proposição de que o mapa da situação sócio-econômica nas Gerais é complexo. Quanto à posse de escravos, João Fragoso e Manolo Florentino, em *O arcaísmo como projeto*, afirmam que a predominância em Minas Gerais de pequenos plantéis escravistas caracterizaria uma estrutura camponesa..

Para os autores:

Tal perfil de posse denota que, ao lado do trabalho de cativos, coexistia o trabalho livre de base familiar. Ora, se considerarmos, como já foi referido, que Minas Gerais era a maior capitania escravista do Brasil, teremos que este “Senhor-camponês” se constituiria num dos principais pólos de demanda por cativos.” (FRAGOSO, J.L e FLORENTINO, M. 1993, p. 63-64)

Para fazerem essa afirmação os autores basearam-se na informação oferecida por Libby (1988) de que 2/3 dos proprietários possuíam plantéis que não ultrapassavam cinco cativos. Estes mesmos proprietários detinham a maior parte dos escravos, sendo que, ao somar os plantéis de um a dez cativos, eles chegariam a deter quase a metade do total da escravaria.

Contudo, em *A transformação do trabalho em Minas Gerais no século XIX*, Douglas Libby vai além de tais informações, destacando as diferenças regionais quanto à distribuição da propriedade de cativos.

Na Zona da Mata, na região Metalúrgica-Mantiqueira e no Triângulo mineiro são os proprietários de mais de 30 escravos que possuem a maior parcela de cativos, sendo que nas duas últimas a parcela corresponde à cerca de um terço da escravaria da região. Nessas regiões, portanto, embora os pequenos

Ou seja, a afirmação de Fragoso para toda a província de Minas Gerais, na verdade não leva em conta aquelas regiões que se destacaram na economia de Minas Gerais no século XIX, como prósperas e detentoras de um grande plantel escravista.

De fato, em toda a província de Minas Gerais havia uma predominância dos pequenos plantéis, informação confirmada em nossa análise regional. Contudo, a maior parte dos escravos estava concentrada na mão de médios e grandes proprietários, nas regiões da Zona da Mata, Metalúrgica-Mantiqueira e Triângulo¹², como visto na citação. A explicação oferecida por Libby para o caso da Zona da Mata seria o crescente desenvolvimento da cafeicultura. No entanto, o próprio autor afirma que esta atividade, na primeira metade do século XIX, ainda se mostrava tímida e reduzida às áreas limítrofes com o Rio de Janeiro. Em relação à região Metalúrgica-Mantiqueira ele afirma que (...) *as minerações maiores são basicamente responsáveis pela relativa concentração da propriedade de cativos* (...) (LIBBY, 1988, p. 106).

No entanto, sabemos, pelos resultados apresentados até aqui, que a região da Metalúrgica-Mantiqueira compreendia os municípios mineradores, incluindo os distritos e freguesias da região agrícola e de fronteira que a eles se ligavam administrativamente. Assim, a documentação apresenta dados de ambas as situações géo-econômicas. As localidades que avançam para a região de floresta apresentavam um contínuo desenvolvimento e consolidação de uma economia mercantil, ligada aos grandes circuitos e para subsistência regional, como afirma Carla de Almeida:

Esta produção tão diversificada, inicialmente voltada quase exclusivamente para o abastecimento das próprias U. P. [unidades produtivas] e para o mercado local, foi sendo cada

¹² Esta regionalização foi proposta por Martins (1980) para agrupar os municípios da antiga região mineradora: Barbacena, Bonfim, Caeté, Conceição, Itabira, Mariana, Ouro Preto, Queluz, abará, Santa Bárbara, São João Del Rei, São José Del Rei

Se considerarmos que nas posses de 11 ou mais escravos, dificilmente o trabalho familiar superaria o braço cativo, podemos utilizar essa faixa de posse como um dos critérios para caracterizar uma dinâmica escravista e não camponesa. Os dados de Clotilde Paiva apontam que na região *mineradora central oeste* essa faixa de posse detinha quase 60% dos cativos. Uma tendência acompanhada pelas outras micro-regiões que apresentam os maiores índices de desenvolvimento da Província (PAIVA, 1996, p. 213)

O mapa sócio econômico do termo de Mariana apresenta realidades diversificadas. Na sub-região de “Transição” existia um desenvolvido complexo mercantil voltado para os circuitos coloniais. Nesta sub-região, a grande posse de escravos, apesar de minoritária em número de domicílios em que aparecem, abarca o maior contingente escravista. Mesmo com a contribuição da mineração que era cada vez menor, existiam grandes fazendas que concentravam surpreendentes plantéis escravistas, como o caso de Furquim.

Tabela 22- Posse e origem dos escravos pertencentes a “roceiros”. Furquim. 1822

Posse	domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	29	33,3	29	8,7	13	12	16	7,3
2 à 5	44	50,6	137	40,7	56	51,3	81	37,1
6 à 10	12	13,8	98	29,2	29	26,6	60	27,5
11 à 30	2	2,3	72	21,4	11	10,1	61	28
31 e +	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	87	100	336	100	109	100	218	100

(ANDRADE, 1994.) Listas de habitantes AHCMM.1822. Códice 663

Tabela 23 - Posse e origem dos escravos pertencentes à “agricultores”. Furquim.

1822

Posse	domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Brasileiros	%
1	2	3,1	2	0,1	1	0,2	1	0,1
2 à 5	8	12,5	31	2,8	19	4,4	12	1,7
6 à 10	16	25	124	10,9	49	11,4	75	10,6
11 à 30	29	45,3	469	41,2	179	41,2	290	41,2
31 e +	9	14,1	511	45	186	42,8	325	46,2
Total	64	100	1137	100	434	100	703	100

(ANDRADE, 1994.) Listas de habitantes AHCMM.1822. Códice 663

Aa tabelas apresentam somente a posse de escravos por chefes de domicílios ligados ao setor agrícola. Francisco Andrade apresentou dados sobre Furquim dividindo o setor entre aqueles que foram identificados como “roceiros” e aqueles que foram identificados como “agricultores”. Os “roceiros” que não possuíam cativos eram em número de 133 e aqueles que possuíam eram 87. Desses, 78,6% possuíam até 10 escravos. Essa faixa de posse concentrava 68,6% dos cativos em domicílios “roceiros”.

Já entre os “agricultores” predominava a grande posse e esta era responsável pela maior parte do plantel escravista do setor agrícola de Furquim. Cerca de 77,2% (1137) dos cativos do setor agrícola estavam na mão dos “agricultores” e cerca de 71,4% (1052, unindo “roceiros e “agricultores”), estavam alocados em domicílios que apresentavam acima de 11 escravos. Ou seja, estamos tratando de fazendeiros de grande monta que demonstravam vigoroso apego ao trabalho servil acumulando riqueza e produzindo para os mercados regionais.

O pequeno proprietário ou o "Senhor-Camponês" não seria o principal responsável pela compra de escravos na região do Temo de Mariana. Ele teria sim uma participação na compra de africanos, mas nada que se compare aos médios e grandes proprietários. No setor agrícola de Furquim, 70% dos escravos africanos estavam na faixa de posse de 11 ou mais escravos.

Existem indícios que apontam que a presença da escravidão nos locais onde predominava uma economia de subsistência devia-se a uma considerável reprodução natural de escravos. Em 1819, nos distritos da sub-região de expansão agrícola era pequeno o número de escravos africanos, como pode ser verificado nas tabelas já analisadas.

A disseminação da pequena posse de escravos em Minas Gerais no século XIX pode ser explicada pelo aumento da reprodução natural defendida por Laird Bergad. Segundo o autor, (...) *as famílias livres podiam comprar a preços inferiores escravos mais jovens que se tornariam adultos — algo que os paulistas não podiam fazer na mesma escala por que dependiam do tráfico negreiro.* (BERGAD, 2004). Decerto, a participação do tráfico de almas na demografia mineira foi maior do que pretende Bergad¹³, mas esta sua hipótese é bem plausível, visto que, os preços dos escravos começaram a subir muito a partir do final da segunda década do século XIX, o que tornava ainda mais difícil a aquisição de escravos em idade produtiva.

Contudo, temos que deixar claro que isto não altera uma característica significativa da economia mineira. A agricultura e outros setores econômicos abarcavam uma maioria de livres, utilizava certamente o trabalho familiar e em muitos casos o complementava com a pequena posse de cativos. Este tipo de estrutura foi uma constante na Minas oitocentista. O que pretendemos frisar é que fazendeiros, agricultores e negociantes correspondiam à elite econômica de uma sociedade extremamente desigual. As unidades camponesas praticamente produziam para o auto-consumo e para o comércio local (distritos e arraiais).

¹³ Quanto a este tema ver LIBBY (2000).

6- Capítulo 5

As unidades produtivas

Os inventários pós-mortem revelam diferenças significativas entre o grau de riqueza das unidades produtivas da região de Transição e da região de expansão agrícola. A confecção do inventário, após a morte da pessoa já indica um certo nível de posses. Alguns inventariados deixavam, o que facilitava a partilha dos bens. Esse tipo de documentação (inventário e testamento) arrola, de forma detalhada, os bens, para o período em estudo, sejam eles pequenos objetos da casa, utensílios, terras, plantações, engenhos, datas minerais, animais e escravos. O valor do *monte mor* é o valor somatório de toda a riqueza e as dívidas ativas constituem o crédito e as passivas, os débitos.

De São Caetano encontramos o inventário de Caetana Correia de Magalhães que era viúva e seus bens foram inventariados em 21 de janeiro de 1830. Ela tinha treze filhos para quem deixou um patrimônio de 10:255\$861 (dez contos e duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e um réis). Para termos idéia da riqueza aqui demonstrada, basta compararmos com o valor de um de seus escravos (mercadoria que tinha grande valor comercial) mais caros, 320\$000 (trezentos e vinte mil réis). A viúva possuía plantações de milho, de cana, além de engenho. Possuía bois, vacas e porcos que valiam 212\$000 mil réis. Possuía 21 escravos que somavam um valor de 3:260\$000 (três contos e 260 mil réis). A produção agrícola em que se baseava a riqueza de D. Caetana, garantia a ela um plantei escravista considerável, e o que é mais importante, com um altíssimo valor.

A realidade exemplificada pela documentação revela um grau de riqueza presente de forma marcante em São Caetano e em toda a região de "transição". A agricultura era a principal atividade em que se davam as relações comerciais no Termo de Mariana, principalmente a compra de escravos, que, como vimos,

representavam parcela considerável da riqueza. Outro aspecto que demonstra o grau de ligações comerciais é o arrolamento das dívidas passivas e ativas. Caetana Correia devia 263\$000 mil réis e tinha de crédito 1:845\$972 (um conto e oitocentos e quarenta e cinco mil e novecentos e setenta e dois réis). Nesse sentido, podemos inferir que a viúva, a partir da riqueza acumulada com as atividades agrícolas em sua unidade produtiva, investia em outra forma de acúmulo, o sistema de empréstimo, muito comum entre os proprietários mineiros.

A freguesia de São Manuel do Pomba, de acordo com nossa classificação, pertencia à sub-região de expansão agrícola. O roceiro Domingos Rodrigues Negrão teve os seus bens inventariados em 26 de março de 1830. Ele tinha cinco filhos para quem deixou como herança o valor de 1:057\$020 (um conto e cinquenta e sete mil e vinte réis). Possuía terras de cultura, engenho de cana e 4 escravos. Os cativos somavam o valor de 360\$000 mil réis. Sua riqueza era diminuta e tinha em seu plantei escravista um complemento na produção. Não possuía dívidas e nem créditos, um sinal de pouco contato com o mercado.

Domingos Rodrigues, com certeza não estava entre os mais pobres da região, pois possuía 4 escravos. Contudo, o exemplo representa o formato mais modesto, entre os proprietários da região. Assemelha-se às conclusões alcançadas com a análise das listas nominativas: uma produção voltada para sobrevivência e para o comércio local, que utiliza um pequeno plantei escravista como complemento ao trabalho da família.

Os exemplos aqui explicitados revelam o quanto os inventários podem nos oferecer de informações importantes para o entendimento do funcionamento das unidades produtivas e da dinâmica econômica.

Como vimos, o Termo de Mariana apresenta um mosaico de atividades produtivas assim como uma profunda diferenciação em se tratando da mão-de-obra presente na economia. Os roceiros, pequenos artesãos e pobres compõem um grupo fortemente presente em todas as localidades estudadas. Já os médios e grandes proprietários de escravos se concentravam nas localidades mais dinâmicas, aparecendo com menor frequência nas localidades menos mercantilizadas. Essa parece ter sido uma constante. Em qualquer localidade, sempre havia uns poucos proprietários de médio e grande porte que aparentemente dominavam econômica e politicamente na região.

Para o ano de 1830 foram encontrados 5 inventários para a sub-região de transição. Esta sub-região corresponde aos distritos e freguesias que passaram pela exploração agrícola no auge da mineração e que devido à coexistência com outras atividades econômicas resistiram à decadência da extração aurífera. Ao que tudo indica, esta sub-região formada pelas freguesias de São Caetano, Catas Altas e Furquim também correspondem, para o século XIX, às localidades mais dinâmicas economicamente. Os cinco inventários encontrados são todos da freguesia de São Caetano, hoje o distrito de Monsenhor Horta na Cidade de Mariana.

O quadro abaixo indica a descrição dos bens desses 5 proprietários.

Quadro 1 Descrição dos bens de produção dos proprietários de São Caetano em 1830 – Região de transição -

Ano	Nome	Localidade	Terras	escravos	Produção	Engenhos	Bovinos	Suínos	Cavalares
1830	Antônio Ferreira Bastos	São Caetano	100 alqueires de terras de cultura	6	-	-	-	-	
1830	João de Faria Salgado	S. Caetano	1 sesmaria de terras	6	-	1 engenho de bois	1 vaca, 2 bezerros, 2 juntas de bois, 1 boi sem aparelho, 1 novilho	-	1
1830	Ana Jacinta de Jesus	São Caetano	^{3/4} A de terras de cultura	17	200 alqueires de milho	1 moinho	1 vaca, 2 novilhos	30	1 (macho vermelho)
1830	Caetana Correia de Magalhães	São Caetano	1 sesmaria de terras	21	7 e ^{1/2} A alqueire de cana nova e arrozal, 200 alqueires de milho, 20 @ de açúcar, corte de cana,	1 engenhos de bois	Sem número	Sem número	Sem número
1830	Antônio Alves Torres	São Caetano	1 sesmaria de terras de culturas	17	-		-1 junta de bois	-	

Em 1830 estava consolidado o perfil agrícola da economia, sendo incomum o aparecimento de datas minerais. Chama a atenção em relação a esses proprietários a posse definida de grandes extensões de terras. Era comum entre os proprietários de São Caetano a posse de uma sesmaria inteira. Isto revela uma certa estabilidade do uso da terra como um negócio e não apenas como sobrevivência do núcleo familiar. Quanto ao uso da mão-de-obra escrava, vemos uma realidade comum: a existência de pequenos e médios proprietários. Contudo, ter 17 ou 21 escravos na região nesse período era um privilégio dos mais bem sucedidos agricultores. Outra característica comum é a posse de engenhos, suínos, bovinos e cavalares.

Os inventários encontrados para a região de expansão agrícola, no ano de 1830, são 9. Esta localização corresponde a comunidades que foram mais recentemente povoadas, principalmente com o declínio das extrações auríferas. Estão localizadas em uma região propícia ao cultivo de alimentos tornando-se no século XIX uma importante opção de sobrevivência para pequenos e médios agricultores. Os inventários identificados são da Freguesia do Pomba, Ubá, Santa Rita do Pomba e de São João Batista do Presídio.

Quadro 2- Descrição dos bens de produção do proprietários da Região de expansão agrícolas

Ano	Nome	Localidade	Terras	Escravos	produção	Engenhos	Bovinos	Suínos	Cavalar
	Maria Tereza	Pomba			1/2 alqueires de milhos, 4 alqueire de	bois e 1 moinho	bois, 1 boi galante	de porcos, 12 capados	
1830	Olito Luiz de Santana	Freguesia do Pomba	- 1 sítio de terras	-	-	-	- 2 vacas	- 3 cabeças de porcos	- 1 cavalo
1830	José da Silva costa	São João Batista do Presídio	Sítio com terras de cultura	1				7 cabeças de porco	2 cavalos castanhos
1830	Gertrudes Maria de Jesus	S. Januário do Ubá	1 porção de terras de cultura	1			2		
1830	Francisco Lopes de Jesus	Santa Rita do Pomba		2		1 engenho de bois e 1 moinho			
1830	Domingos Rodrigues Negrão	Serra do Bacalhau	^{1/4} A e 1/2 de terras de cultura	4		1 engenho de cana		6 cabeças de porcos	
1830	Domingos Francisco Alves	Freguesia do Pomba	1/2 sesmaria de terras de cultura	1	5 alqueires de plantação				
1830	Ana Maria da Luz	Braz do Pires - Freguesia de Guarapiranga	1 sítio com terras de cultura	7		-1 moinho			
1830	Caetana	Santa Rita do	1 fazenda	10	1 canavial,	1 engenho de	3 juntas de	50 cabeças	-

Na descrição dos bens dos proprietários dessa sub-região, duas características se destacam. Em um dos nove inventários não aparece posse de terras. Nos outros oito documentos não há identificação de uma sesmaria inteira (em dois inventários aparece o termo: fazenda). Isto aponta para um nível de riqueza bem menor do que o encontrado em São Caetano. Se as inferências feitas com a análise das listas nominativas de que esta região se caracterizaria por uma economia de subsistência local, com restrito contato com o mercado, forem levadas em conta, a existência de pequenas posses de terra fortalece a afirmação de que estamos tratando de unidades camponesas.

Os inventários revelam ainda que dos nove proprietários, sete possuem 7 escravos ou menos, um não possui nenhum e três possuem apenas 1. Os dois maiores proprietários possuem 10 e 14 cativos. A posse de bovinos se restringe aos dois maiores agricultores e os suínos aparecem em outros dois documentos. Esse panorama de pequena posse de animais, terras e de cativos parece marcar a região de *expansão agrícola*, indicando uma produção familiar voltada para a subsistência interna da unidade e pequenas trocas locais. Mesmo o número de documentos sendo pequeno é possível analisarmos o universo desses pequenos proprietários, também comuns na região de transição, mas que nas localidades da zona da mata correspondem ao principal setor econômico.

Os quadros abaixo darão a noção da participação financeira dos bens arrolados e das dívidas existentes de cada proprietário.

Quadro 3 Participação monetária dos bens de produção no monte-mor. São Caetano

Monte-mor total	Terras	%	Escravos	%	Produção*	%	Animais	%	Moradia	%	Dívidas ativas (Crédito)	%	Outros** bens	%
1:804\$500			965\$000	53,5	400\$000	22,2	~	~	20\$000	1,2	—	—	419\$500	23,1
2:605\$365	1:200\$000	46	1:000\$000	38,3	64\$000	2,5	74\$000	2,9	40\$000	1,5	—	—	227\$365	8,8
6:172\$130	1:240\$000	20	4:250\$000	68,8	42\$000	0,7	118\$000	2,0	~	—	329\$000	5,3	193\$130	3,1
10:255\$861	2:000\$000	19,5	2:930\$000	28,6	328\$000	3,2	212\$000	2,0	600\$000	5,9	1:845\$972	18,0	2:339\$889	22,8
12:934\$000	2:800\$000	21,6	6:660\$000	51	350\$000	2,7	224\$000	1,7	400\$000	3,0	1:260\$000	9,7	1:240\$000	9,4

* O item produção inclui engenhos e moinhos

** Esse item corresponde aos bens de pequeno valor e aqueles não especificados no documento

Os animais, a produção agrícola existente no ato do arrolamento dos bens e a moradia, em geral tem pequena participação no montante total da riqueza dos proprietários. Os dois principais investimentos são certamente a terra e os cativos. No caso dos cinco proprietários de São Caetano analisados, os escravos aparecem com importância superior. Em apenas um caso este item teve menor participação percentual. No inventário da maior riqueza da Freguesia os escravos chegam a perfazer 51% do monte-mor e em outro chega a 68,8%.

Outro destaque para este grupo de proprietários é o aparecimento das dívidas ativas. Como já narramos no caso de D. Caetana era comum o sistema de empréstimos. Os credores que aparecem no quadro acima fazem parte de um grupo de pessoas que dominam a cena econômica da região ou que pelo menos estão em uma situação mais próspera do que os pequenos camponeses. O sistema de dívidas, assunto que ainda merece mais atenção das pesquisas, pode revelar uma relação dependência desse pequeno produtor com os médios e grandes proprietários da região. Ao passo que demonstra a importância que tal investimento tem na riqueza inventariada. O crédito de D. Caetana corresponde a 18% do monte-mor, aproximando-se do valor de suas terras (19,5%). Talvez esta seja uma das principais formas de acumulação, contudo, nada supera a preferência do proprietário mineiro pela posse de cativos. Aparecia também uma importante produção de alimentos inventariada, talvez um sinal de excedentes da unidade produtiva.

O quadro abaixo revela a participação monetária dos bens nos montes-mor dos proprietários da região de expansão agrícola em 1830.

Quadro 4 -Participação monetária dos bens de produção no monte-mor. Região de "expansão agrícola"

Monte-mor total	Terras	%	Escravos	%	Produção*	%	Animais	%	Moradia	%	Outros bens	%
380\$722	250\$000	65,7	~		15\$000		18\$000	4,7	-	-	94\$600	24,8
436\$860***	200\$000	45,8	150\$000	34,3	~	~	24\$000	5,5		~	62\$860	14,4
860\$820	766\$000	89,0	36\$000	4,2		-	11\$000	1,3	-		47\$820	5,5
919\$520	~	-	815\$000	88,7	10\$000	1,1	-	~	70\$000	7,6	24\$520	2,7
1:057\$020	250\$000	23,7	360\$000	34,1			2\$700	0,3	82\$000	7,9	338\$020	32,1
1:686\$640	1:000\$000	59,2	600\$000	35,5	50\$000	3,0	~		-	-	36\$640	2,1
3:285\$700****	350\$000	10,7	1:850\$000	56,3	-	-	~		-	-	60\$700	1,8
3:402\$207	800\$000	23,5	2:150\$000	63,3	73\$000	2,1	150\$000	4,4			229\$207	6,7
6:386\$207	1:594\$000	25,0	3:960\$000	62,0	40\$000	0,6	111\$000	1,7	200\$000	3,2	481\$207	7,5

*O item produção inclui engenhos e moinhos

** Esse item corresponde aos bens de pequeno valor e aqueles não especificados no documento

***Este proprietário possui registrado um débito (dívida passiva)de 568\$000

****Este proprietário possui um crédito (dívida ativa) registrado de 1:025\$000 (incluso no cálculo da riqueza)

Os montes-mor dos proprietários da Região de expansão agrícola tendem a ser mais modestos do que os de São Caetano. O menor deles é o de Olito Luis de Santana, da Freguesia de Guarapiranga. Seus bens foram avaliados em 380\$722 (trezentos e oitenta mil e setecentos e vinte e dois réis), uma quantia irrisória, que nos leva a pensar que se trata de um agricultor que vivia muito próximo da miséria. Esse valor, a título de comparação, se assemelha ao preço de um dos 21 escravos de D. Caetana. Dos nove inventários, somente três ultrapassaram 1:700\$000 (um conto de réis e setecentos mil réis).

Entre os inventariados mais pobres percebe-se que o valor das terras tende a superar o valor dos escravos, e que essa tendência se inverte à medida em que a riqueza dos proprietários aumenta. Isto demonstra que a posse de escravos entre os pequenos proprietários, não corresponde à principal riqueza. Ou seja, este setor camponês, mesmo que almejasse possuir cativos, estava excluído do sistema escravista mercantil e tinha como principal elemento na produção, o trabalho familiar e a gestão da terra. A produção excedente de alimentos aqui foi bem mais tímida do que em São Caetano.

A produção inventariada nesta região aparece em valores muito mais modestos do que em São Caetano, o que pode apontar para uma realidade muito mais próxima da sobrevivência da unidade familiar do que da comercialização dos produtos. Ou seja, o setor camponês predominante nas localidades da região de expansão agrícola não teria fôlego para atuar de forma estrutural no comércio de escravos, o que nos leva a inferir que essa mão-de-obra seria o principal braço da lide dos grandes proprietários, estes sim, responsáveis pelo centro dinâmico da economia mineira.

Ao utilizarmos uma divisão do Termo de Mariana em sub-regiões, estamos propondo um recurso metodológico que possibilite o melhor esclarecimento do perfil econômico da região. Contudo, é nítido, tanto pela análise dos inventários, quanto das

listas nominativas que nas localidades da região de expansão agrícola também existiam grandes proprietários de escravos e na região de Transição as unidades camponesas eram a maioria. O que guia nossa investigação é em qual desses dois perfis está o centro dinâmico da economia. Ou seja, se podemos atribuir a Minas Gerais ou, mais especificamente, ao termo de Mariana, uma característica geral camponesa ou se este "extrato social" correspondia a uma parcela da população mais pobre, sendo muitas vezes dependente dos grandes proprietários de terras e escravos.

Segundo Robert Slenes, o *centro dinâmico* da economia refere-se à atividade econômica responsável pela maior circulação de riqueza e no caso de uma sociedade escravista a atividade responsável pela compra de escravos. Sendo a agropecuária a atividade mais dinâmica da região, a dividimos em dois setores básicos: o setor camponês e o setor escravista e nos propusemos a identificar aquele que melhor caracterizaria o conjunto da economia.

Contudo, a linha divisória entre os dois setores é muito tênue por que não basta não possuir escravos para ser considerado camponês. Mesmo que o agricultor tenha um, cinco ou dez escravos, em muitos casos o núcleo familiar supera esse número, como nas conclusões tiradas por João Fragoso de que a unidade produtiva pode ser considerada camponesa (...) *desde que a contribuição dos de fora [escravos, servos domésticos, jornaleiros etc.] seja inferior à dos membros da família na produção* (FRAGOSO, 1998).

7- Conclusão

A disparidade econômica entre os setores sócio-econômicos talvez seja uma das marcas das Minas oitocentistas. Além disso, inclui-se o sistema de privilégios comuns entre os homens daquela sociedade, ainda arraigada aos valores gerados pela colonização.

O setor escravista, formado por grandes comerciantes, fazendeiros e em alguns casos até por mineradores que ainda exploravam a região, ao que tudo indica dominava a cena social e política. Ao recorrer a um grande proprietário ou a um negociante para fazer empréstimos os camponeses reproduziam a sua relação de dependência e a pobreza reinante entre os *desprivilegiados*.

A estrutura sócio-econômica apresentada em nossa pesquisa, até aqui, aponta para uma dominância do setor escravista. Não só por possuírem a maior parte da escravaria da região, mas por apresentarem outros sinais de riqueza: terras, produção, sistemas de dívidas, animais etc, unidos ao prestígio social conquistado pelos grandes proprietários.

A afirmação de que a economia de Minas Gerais no século XIX seria predominantemente camponesa (FRAGOSO, 1998) não encontra subsídio nos resultados que alcançamos. Outra região importante da província que apresenta resultados que corroboram nossas conclusões é a comarca do Rio das Mortes. Nesta região, o município de São João Del Rei foi uma área de intensas atividades agropecuária e comercial, ligando-se diretamente ao Rio de Janeiro e às áreas cafeeiras. Graça Filho (2002) em pesquisa acerca das riquezas de fazendeiros e negociantes de São João Del Rey, identificou alta capacidade de acumulação pelo setor de abastecimento e conseqüentemente uma concentração de cativos *comparável às áreas agro-exportadoras do Brasil*.

O autor ainda afirma que

Se para alguns autores, a agricultura mineira de subsistência [de abastecimento] seria predominantemente camponesa, com diminutos plantéis de escravos ou assentados no trabalho familiar, a distinção que queremos apresentar diz respeito não à existência disseminada dessas formas produtivas em toda Minas Gerais, mas à participação predominante das grandes unidades escravistas de alimentos no produto total mercantilizado pelo município de São João Del Rei (...) (GRAÇA FILHO, 2002, p. 24)

As inferências feitas por Graça Filho, unidas ao trabalho desenvolvido nesta pesquisa, mostram que duas das regiões mais dinâmicas e com maior plantel de escravos na primeira metade do século XIX não apresentavam um perfil camponês predominante e sim eram dominadas pelo setor escravista.

No entanto, a disseminação do perfil roceiro em Minas deve ser analisada ainda com mais atenção. Durante muito tempo esse grupo social foi esquecido pelos esquemas interpretativos sobre o período colonial, mas eles tem, com certeza, participação importante na formação social e econômica do Brasil.

Não se pode, porém, ligar, necessariamente, prosperidade e riqueza ao fato desses campônios serem livres e possuírem um pedaço de terra ou alguns escravos. Dessa forma, abre-se um caminho de pesquisa para identificar os níveis de riqueza na Minas oitocentista e as disparidades sócio-econômicas, sempre levando em conta todos os grupos sociais e suas interações.

Entender os níveis de concentração da riqueza, assim como as características da produção camponesa é muito importante para se conhecer o processo de formação da elite econômica e das desigualdades sempre presentes no mundo rural de Minas Gerais. Dessa forma abre-se espaço para a compreensão de que não somente o latifúndio monocultor originou as disparidades contemporâneas na economia brasileira, mas uma diversidade de atividades, sobretudo no campo.

8- Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Duas visões do comportamento camponês*. IN.: Estudos econômicos. S. Paulo. V. 20. n 2. Maio-agosto . 1990. p.305-322.
- ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de . *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói. ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado em História).
- _____. *Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850*. São Paulo. População e família. Vol. 1, n.1. jan/jun. 1998. P. 235-260.
- _____. *Minas Gerais de 1750- 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. In. LPH- Revista de História, Mariana: UFOP, n.5,1995
- ANDRADE, Cristiana Viegas de. Domicílios mineiros oitocentistas; Caracterização segundo o sexo da chefia. In.: BOTELHO, Tarcísio R. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia. Anpuh MG. 2001. p. 65-90.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte. FAFICH. UFMG, 1994. (Dissertação de mestrado em História).
- _____. *Trabalhos de escravos na paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, nas Gerais, 1822*. LPH- Revista de História da UFOP. Mariana. n.6 1996.
- _____. *Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX*. In.: Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- _____. *Roceiros e fazendeiros: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XIX*. LPH- Revista de História da UFOP. Mariana.. n.5 1995.

ANDRADE, Rômulo. *Apontamentos sobre a microeconomia do escravo e sua interação com a família e as solidariedades* (Zona da Mata de Minas Gerais, Século XIX).

_____. *Havia um mercado de famílias escravas?*. Locus: revista de história. Juiz de Fora, v.4, n.1, p.93-104. 1988.

ANDRIETA, Selma Árabe. *Minas Roceira: Agricultura mercantil de subsistência, Mariana, 1819*. Mariana. ICHS.UFOP.2001 (Monografia de bacharelado em História)

BACELLAR, Carlos de Almeida P. *"A escravidão miúda em São Paulo colonial"*. In.: SILVA, Maria Beatriz (org). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000

BOTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento marxista*. Ed. Jorge Zahar Editor. RJ. 1981

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Ed. Sterb 1971

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História econômica: Demografia de Minas Gerais 1720- 1888*. São Paulo. EDUSC, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou camponês*. São Paulo. Brasiliense: 1987.

_____. *Uma Introdução à História*. São Paulo. Brasiliense. 1983

_____.e Brignoli, Hector P. *História econômica da América Latina*. RJ. Graal. 1983.

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais*. Tese de doutoramento. UFF. 1998.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Ed. Nueva Vision. Buenos Aires. 1974.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

FARIAS, S de C. *A colónia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações*. In.: Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998

FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro 1995, Arquivo Nacional

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro , 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____, e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto-mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790-1840*. Rio de Janeiro. Diadorim 1993

_____, e FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425, despachos de escravos e passaportes da Intendência da polícia da corte, 1819- 1833*. p. 239-278. In.: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues ...[et ali} (org). "História Quantitativa e serial." ANPUH-MG. Goiânia. 2001 FURTADO, Celso. *Formação económica do Brasil*. Bd. Nacional. São Paulo, 1982. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo. Ática, 1990.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo. Ática. 1980 p. 426-450

- GONÇALVES, Andréa Lisly. *Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais séculos XVIII e XIX*. In: Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- _____. *Coartações na comarca de Ouro Preto: 1800-1850*. Pós-História. Assis: Universidade Estadual Paulista, V.6, 1998.p.149-161.
- _____. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas Colonial e provincial*. Tese de doutoramento. USP. SP. 1999.
- GONÇALVES, Michael Regina. *História Regional: caminhos e problemas da pesquisa*. Estudos de História. Franca. N 1 p. 245-251. dezembro. 1994.
- GORENDER, Jacob . *O escravismo colonial*. São Paulo.Ática. 1980 p. 426-450
- _____. *Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial*. Estudos econômicos. N. 13. jan- abr. 1983. pág. 7-39
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 - 1888)*. Editora Annablume. São Paulo. 2002
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metais e pedras preciosas. História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1973.
- KULA, Witold. *Da tipologia dos sistemas econômicos*. IN. FOURASTIÉ, Jackeline e FOURASTIÉ, Jr. Rio de Janeiro FGV. 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. *Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad*. In.:BOTELHO, Tarcísio R. História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Goiânia. Anpuh-MG. 2001.
- LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Ed. São Paulo. 1986.
- MARTINS, Roberto Borges. *Minas Gerais e o apego à escravidão numa economia não exportadora*. Estudos Econômicos. São Paulo. 1983.
- _____. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX outra vez*. In.: SZMRECÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs) História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: HUCITEC, 1996. P.99-130.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais*. In.: BOTELHO, Tarcísio R. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia. Anpuh MG. 2001.p.185 -204.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *São Paulo. Estudos Econômicos, vol 31. N. 2 p. 369-393*.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808)*. São Paulo; Hucitec, 1985
- PRIORI, Angelo. *História Regional e local: métodos e fontes*. Pós História. Assis, v2. p. 181-187.
- PAIVA, A. Clotilde. *Minas Gerais no século XIX: Aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais*. In.: COSTA, Iraci Del Nero. *Brasil: História econômica e demográfica*. IPE-USP. São Paulo. 1986. p. 173-188.
- _____. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. (Tese doutoramento em História). USP. São Paulo. 1996.
- PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Da 23ª ed. De 1994. São Paulo. Brasiliense, 1999.
- SILVA, Marcos A. *A história e seus limites. Notas sobre região e interdisciplinaridade*. Revista USP. São Paulo. N. 33. p. 208-216. março-maio. 1997.
- THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*. Ed. Companhia das Letras. São paulo. 1998

Fontes Manuscritas

Listas Nominativas - Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

AHCMM, Códice 684. Relação nominal de habitantes da freguesia de São Caetano. Termo da Cidade de Mariana. Comarca de Vila Rica. Bispado de Mariana. Ano de 1821-1822.

AHCMM, Códice 154. Relação nominal de habitantes da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas do Mato Dentro. Termo da Cidade de Mariana. Comarca de Vila Rica. Bispado de Mariana. Ano de 1821-1822.

AHCMM, Códice 569. Relação nominal de habitantes da freguesia de Manjaléguas. Termo da Cidade de Mariana. Comarca de Vila Rica. Bispado de Mariana. Ano de 1819.

AHCMM, Códice 742. Relação nominal de habitantes da freguesia de Santa Rita do Turvo. Termo da Cidade de Mariana. Comarca de Vila Rica. Bispado de Mariana. Ano de 1819.

AHCMM, Códice 726. Relação nominal de habitantes da freguesia de São Gonçalo do Ubá. Termo da Cidade de Mariana. Comarca de Vila Rica. Bispado de Mariana. Ano de 1819.

AHCMM, Códice . Relação nominal de habitantes da freguesia de São João Batista do Prezídio. Termo da Cidade de Mariana. Comarca de Vila Rica. Bispado de Mariana. Ano de 1819.

Inventário *Pós-Mortem*. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

Códice:34- Auto: 796; Códice:140 - Auto: 2917; Códice:10 - Auto: 355; Códice:140 -Auto: Códice:140 - Auto: 2910; Códice:137 - Auto: 2860; Códice:148 - Auto: 3099; Códice:50 - Auto: 1136; Códice:34 - Auto: 796; Códice:18 - Auto: 513.